

Sumário

Número de notícias: 42 | Número de veículos: 35

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Atenção ao golpe do IRPF 4

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Saiba quem tem direito à isenção do IR 2024 5

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Receita estreia série de lives para tirar dúvidas sobre Imposto de Renda (Imposto de Renda)
..... 6

A GAZETA - MT - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RF inicia a operação Fonte Não Pagadora 9

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf anula mais de R\$ 1 bilhão em autos de infração da Rede D"0r por pejetização 10

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Idosos contam com direitos exclusivos 12

PORTAL R7 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

STF deve julgar nesta quarta-feira recurso sobre 'revisão da vida toda' do INSS 15

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

STF vai decidir hoje sobre as aposentadorias 17

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Revisão da vida toda volta a julgamento no STF nesta quarta; entenda o que está em jogo
(Previdência) 18

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE - MG - DOIS PONTOS
SEGURIDADE SOCIAL

Auxílio ou aposentadoria é direito do portador de fibromialgia 20

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO
SEGURIDADE SOCIAL

Pagamento de março do inss começa na sexta-feira - COLUNA DO APOSENTADO 22

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Adesão automática a fundos de pensão: saiba como é, o que muda e se é vantajoso para sua
aposentadoria 23

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 4 25

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo deve bloquear cerca de R\$ 5 bilhões do Orçamento26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Congresso defende trava para adoção de "imposto do pecado"27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad: reforma tributária será concluída este ano29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma chega a nova fase decisiva, e Lira cobra propostas de Haddad30

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fundo é o 1º ponto da reforma a ser regulamentado33

O POPULAR - GO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira cobra de Haddad cronograma para regulamentação34

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo vai criar o cashback das igrejas36

O POPULAR - GO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo diz ter acordo com evangélicos38

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Os prós e contras da isenção tributária a igrejas39

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regulamentar reforma 'depende de Haddad'41

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira cobra de Haddad cronograma42

DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Metas para o imposto seletivo44

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mudanças no IR serão enviadas após o prazo45

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad fala em equilíbrio fiscal a médio prazo46

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad: reforma tributária do consumo será concluída este ano47

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Haddad: BC precisa "olhar necessidades do país" 48

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Exportações para Argentina recuam 28,7% no 1º bimestre 50

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Governo quer emenda parlamentar para investir 53

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Economia cresce mais que esperado, aponta FGV 54

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Aprovado PL que equaliza taxa de juros em contratos privados 55

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Juros e expectativas de inflação (Artigo) 57

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

"Retomo maior nas economias avançadas não inviabiliza desempenho emergente" 59

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Bancos centrais veem "desinflação imaculada" 61

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Para onde vai a taxa de juros? - PALAVRA DO GESTOR 63

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
ECONOMIA

Inadimplência atinge 66,64 milhões de consumidores 65

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Em dia de Copom, projeção da inflação sobe de 3,77% a 3,79% 66

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

BC japonês encerra ciclo de oito anos de juros negativos 67

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Japão põe fim a oito anos de juros negativos. Taxa fica entre zero e 0,1% 68

Atenção ao golpe do IRPF

Quatro dias após a abertura do prazo para envio da declaração do Imposto de Renda, a **Receita Federal** já divulgou um golpe que está sendo usado por criminosos virtuais para roubar dados dos contribuintes.

Nesta segunda-feira, a instituição alertou para emails e mensagens que estão sendo divulgados por golpistas para a instalação de um aplicativo que permitiria o envio dos dados para o governo.

Porém, o endereço é falso e leva o usuário a instalar um malware (software malicioso), projetado para danificar sistemas, roubar dados e até causar lentidão no computador ou celular.

Os golpistas utilizam as mesmas lojas de aplicativos usadas pela Receita (PlayStore e App Store) e com logotipos parecidos com o da instituição. Porém, é preciso que o usuário fique atento com o desenvolvedor do aplicativo antes de baixar o programa.

O desenvolvedor do app Meu Imposto de Renda e do aplicativo da Receita se chama Serviços e Informações do Brasil, que é o responsável pelas plataformas do governo federal.

Os aplicativos oficiais podem ser baixados na PlayStore (para Android) e na App Store (para iOS). É preciso também ter a conta ouro ou prata no portal gov.br para preencher a declaração usando o aplicativo.

Já a declaração online pode ser feita por meio do portal e-CAC (Centro de Atendimento Virtual), pelo link (<https://mir.receita.fazenda.gov.br/portalmir/pagina-inicial>).

"O CTIR Gov enfatiza que todas as informações, orientações e programas referentes ao Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) estão publicados exclusivamente no endereço oficial da **Receita Federal do Brasil**, disponível em <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda>", informou a Receita nesta segunda-feira.

O fisco afirma ainda que jamais envia emails, avisos por aplicativos de mensagem (como WhatsApp ou Telegram) e celular (SMS).

"Nunca é pedido alguma informação como CPF,

senha, conta bancária. As comunicações oficiais da **Receita Federal** orientam o contribuinte a entrar na página oficial da instituição, se autenticar e consultar suas pendências." De acordo com o órgão, a comunicação normalmente é feita por meio de carta e, por isso, solicita ao contribuinte que atualize o endereço.

Além do aplicativo falso, outras táticas usadas pelos golpistas são email ou mensagens com os títulos "urgente" ou "regularize já a sua situação" para despertar a necessidade de urgência na correção.

O logotipo da Receita ou outras imagens de órgãos do governo são usadas para tentar dar maior veracidade e levar a pessoa a seguir as instruções dadas, que normalmente é clicar em um link ou instalar um programa.

O uso de SMS com as mesmas artimanhas também são manipulados por golpistas, assim como sites falsos que podem ser facilmente encontrados por meio de mecanismos de buscas como o Google.

"Eles utilizam gatilhos emocionais como urgência, escassez e medo.

A mensagem pede para você corrigir algo urgente, fala que você precisa corrigir uma falha ou bate no órgão que mais dói no brasileiro: o bolso", diz Paulo Trindade, gerente de inteligência de ameaça cibernética da ISH Tecnologia.

O aplicativo Meu Imposto de Renda foi liberado na última sexta-feira (15) pela **Receita Federal** e foi usado por 11,2% dos contribuintes que já entregaram a declaração.

A opção online foi feita por 16,2% das pessoas. Até às 18h30 desta segunda-feira, mais de 3 milhões de declarações já haviam sido entregues (Da Folhapress).

3 MILHÕES DE DECLARAÇÕES JÁ FORAM ENTREGUES

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

Saiba quem tem direito à isenção do IR 2024

Desde o início da entrega, no último dia 15 de março, a **Receita Federal** recebeu mais de 3 milhões de declarações do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) 2024, ano base 2023. Até o dia 31 de maio próximo, quando encerra o prazo para os envios, a expectativa é chegar em 43 milhões de transmissões.

No entanto, um número maior de pessoas está isento de declarar o Imposto esse ano devido às novas tabelas anunciadas pelo Governo Federal.

"Nós estamos falando daquele teto que entrou em vigor agora. Ou seja, se a pessoa ganha até R\$ 30.639,90 por ano, não deve ser tributada.

O contribuinte fica isento porque esse novo teto é o necessário para viver. É o mínimo existencial", afirmou a advogada tributária Renata Escobar.

Despesas básicas Ela explica que, geralmente, esse valor é usado para arcar com despesas básicas como: aluguel da casa, alimentação, transporte e contas de água e luz. Se forem considerados os ganhos mensais, a isenção funciona para quem recebe até 2 salários mínimos, o equivalente a R\$ 2.824. Antes da mudança, o limite era de R\$ 2.112.

Entretanto, é importante que os contribuintes estejam atentos a um detalhe. Segundo a especialista, apenas os rendimentos de salário serão considerados isentos, a receita poderá tributar outros ganhos acima do teto estabelecido, que é de R\$ 30.639,90. Além disso, também o limite de rendimentos considerados isentos e não tributáveis passou de R\$ 40 mil para R\$ 200 mil.

Por exemplo, caso um contribuinte tenha uma casa e o valor desse imóvel ultrapasse o teto, ele será cobrado. "No Brasil, as pessoas são obrigadas a declarar bens, rendimentos e direitos", explicou. "Mesmo que o contribuinte tenha um rendimento isento, ele precisa declarar caso tenha um bem no valor de R\$ 800.000 por exemplo", concluiu.

A advogada relata que as pessoas que deveriam estar na faixa de isenção, estavam sendo tributadas. "O aumento veio pra tentar aliviar um pouco essa defasagem na tabela, mas ainda não é o suficiente. Uma família de quatro pessoas não vive com dois salários mínimos", enfatizou.

A jurista pondera que a isenção em relação às remunerações de trabalho assalariado é feita apenas para tributar o que é excedente.

Herança Outro tipo de isenção é quando uma herança é adiantada para o descendente. "Eu recebo um dinheiro de herança do meu pai, ou seja, ele fez um adiantamento", disse Renata. Cabe salientar que quem recebe doação fica isento apenas do IR. Porém os **impostos** refe rentes à doação, permanecem.

Além disso, a pensão alimentícia também se enquadra como rendimento isento.

"A isenção ainda recai sobre alguns aposentados - no caso das pessoas que são aposentadas e têm doenças listadas na tabela da **Receita Federal**", disse a especialista.

É necessário ficar atento ao seguinte: os contribuintes que possuem alguma dessas doenças, tiverem um trabalho fixo e receberem um salário, não terão direito à isenção.

Um número maior de pessoas está isento de declarar o imposto neste ano devido às novas regras que entraram em vigor

Site:

<https://edicaoimpresa.folhape.com.br/books/ulyg/#p=1>

Receita estreia série de lives para tirar dúvidas sobre Imposto de Renda (Imposto de Renda)

A **Receita Federal** realiza nesta quarta-feira (20), a partir das 17h, a primeira de uma série de lives para esclarecer dúvidas dos contribuintes sobre a declaração do Imposto de Renda 2024 .

O prazo de envio começou na última sexta-feira (15) e vai até 31 de maio . Quem não entregar após este período pagará uma multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido.

Ao todo, serão dez lives até 22 de maio. A transmissão será feita no canal da instituição no YouTube e a intenção é que o palestrante também responda dúvidas que forem feitas no chat durante a live.

Nesta quarta-feira, o tema será as novidades da declaração deste ano . A Receita elevou o limite dos rendimentos tributáveis de quem não é obrigado a declarar para R\$ 30.639,90, o que dá R\$ 2.553,33 por mês em 2023.

O fisco também alterou o valor mínimo de rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte; de bens e direitos e de rendimento bruto com atividade rural.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O IR deste ano também tornou obrigatória a declaração de quem é dono de offshores -empresas ou contas fora do país- e trusts -sociedade criada para proteção de patrimônio- no exterior, ou quem quer atualizar o valor de bens ou direitos que tem no exterior. Houve ainda mudanças nas fichas de criptoativos, de alimentandos e de quem retornou ao Brasil.

Para falar sobre estas mudanças, o superintendente nacional do Imposto de Renda , José Carlos Fonseca, deve participar da live, que está programada para durar 1h30.

"Elas (as lives) abordarão um tema que foi escolhido pela própria sociedade. Nós colocamos na nossa

página um formulário, pedindo votação e pedindo sugestões de temas, ouvimos o que mais preocupa a sociedade, e elaboramos um calendário de palestras", afirma Fonseca.

O superintendente acredita que será difícil realizar uma interação com os contribuintes, mas diz que tentará responder ao máximo de dúvidas que já foram enviadas para a Receita.

"Será quase que impossível ter um caminho aberto de comunicação ali online. Fizemos um apanhado e vamos tentar abordar todas as dúvidas", diz.

A iniciativa é mais uma forma de diminuir as dúvidas dos contribuintes. Outra novidade lançada pela Receita neste ano foi a criação de um robô chamado Leo , disponibilizado no site do órgão, que realiza perguntas ao usuário para saber se tem obrigação de entregar os dados ao fisco.

As outras nove lives também já estão com os temas definidos. Veja abaixo o calendário

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Para fazer a declaração, o contribuinte pode instalar o PGD no computador, pode baixar o aplicativo Meu Imposto de Renda no tablet ou celular, ou então realizar o preenchimento dos dados online, pelo portal e-CAC.

É obrigado a declarar o Imposto de Renda em 2024 o contribuinte que:

Recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 30.639,90 , o que inclui salário, aposentadoria e pensão do **INSS** ou de órgãos públicos; em anos anteriores, o limite utilizado foi a partir de R\$ 28.559,70

Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 200 mil

Obteve em qualquer mês ganho de capital (ou seja, lucro) na alienação (transferência de propriedade) de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto; é o caso, por exemplo, da venda de carro com valor maior do que o pago na compra

Teve isenção do IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguida de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias

Realizou vendas na Bolsa de Valores que, no total, superaram R\$ 40 mil, inclusive se isentas. E quem obteve lucro com a venda de ações, sujeito à incidência do imposto (valores até R\$ 20 mil são isentos)

Tinha, em 31 de dezembro, posse ou propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R\$ 800 mil

Obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R\$ 153.199,50

Quer compensar prejuízos da atividade rural de 2023 ou de anos anteriores

Passou a morar no Brasil em qualquer mês de 2023 e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro

Optou por declarar bens, direitos e obrigações detidos por offshores

É titular de trust e demais contratos regidos por lei estrangeira

Optar por atualizar bens e direitos no exterior pelo valor de mercado de dezembro de 2023, desde que pague 8% de ganho de capital

Caso você seja obrigado a declarar, escolha se vai preencher os dados pelo PGD, app Meu Imposto de Renda ou portal e-CAC.

Com o programa aberto, o contribuinte pode escolher se começa a declaração do zero ou importando os dados do ano anterior. Ele pode também optar pela declaração pré-preenchida, caso tenha conta ouro ou prata no portal gov.br.

Veja abaixo uma descrição de cada ficha

Com as fichas preenchidas, faça uma revisão em todos os dados e, em seguida, escolha a melhor forma de tributação no lado esquerdo. As opções são "por deduções legais", que é a declaração completa, e "por desconto simplificado", que desconta R\$ 16.754,34 do imposto devido.

Escolha a melhor tributação. Para enviar, vá em "Verificar pendências". Se houver alguma, será sinalizado e é preciso resolver para continuar. Pendências em vermelho impedem o envio do IR, as amarelas, não.

Se não houver pendências, vá em entregar declaração. O sistema pedirá os dados para pagamento de restituição ou sobre como será pago o imposto pendente.

Preencha e grave a declaração para enviar; o programa irá fechar o documento e, em seguida, clique sobre seu nome para transmitir, gerar o recibo e salvar a cópia da declaração e do recibo; imprima ser for necessário.

A Receita liberou o PGD (Programa Gerador do Imposto de Renda) em 12 de março. O prazo de entrega vai de 15 de março a 31 de maio.

A declaração pré-preenchida também foi disponibilizada em 12 de março. Quem opta pelo modelo entra na fila de prioridade da restituição, que inclui ainda contribuintes que recebem os valores por Pix, idosos acima de 60 anos, professores cuja maior fonte de renda é o magistério e cidadãos portadores de deficiência física ou mental ou doença grave.

O motivo de iniciar a entrega da declaração em 15 de março é dar ao menos 15 dias para que os sistemas da **Receita Federal** sejam abastecidos com as informações que são enviadas por fontes pagadoras para o órgão.

As empresas tiveram até o final de fevereiro para entregar os dados de cada cidadão à Receita e para disponibilizar os informes de rendimentos aos contribuintes. Quem não recebeu, deve procurar a fonte pagadora e solicitar o documento.

A restituição será paga em cinco lotes, sendo o primeiro em 31 de maio, último dia do prazo para entrega da declaração. Há uma lista de prioridade para o pagamento, que segue esta ordem:

A tabela mensal ou anual de desconto do Imposto de Renda é uma orientação para que os contribuintes saibam a partir de que valor há obrigatoriedade de fazer o recolhimento do tributo e quem está isento do IR.

Um dos pontos principais para saber se precisa declarar é somar a renda tributária recebida no ano. São rendimentos tributários valores de salários, aposentadoria, renda como autônomo e aluguel de imóvel, por exemplo. Se o valor anual ultrapassar o

limite de renda da Receita, é preciso declarar.

Também há outras regras, como ter recebido rendimentos isentos e não tributáveis acima de R\$ 200 mil no ano. FGTS é um exemplo de renda não tributável.

Quem tem bens e direitos -somando imóvel e carro, por exemplo- acima de R\$ 800 mil também é obrigado a declarar. O valor a ser usado é o da compra do bem.

Caso o contribuinte tenha imposto a pagar, ele terá até 10 de maio para informar à Receita que deseja quitar a cota única ou a primeira cota em débito automático. Para isso, ele terá de enviar a declaração e indicar a opção. Após esta data, o tributo só poderá ser pago por meio da guia da Receita.

O prazo para pagamento em cota única ou da primeira parcela será 31 de maio. As outras cotas serão pagas no último dia útil de cada mês.

Veja o cronograma:

Empresas, instituições financeiras e órgãos públicos tiveram até 29 de fevereiro para entregar o informe de rendimentos referente a 2023. Além disso, o contribuinte já pode reunir outros documentos para começar a organizar a declaração do IR, como recibos e notas de despesas médicas e de educação, comprovantes de compra e venda de veículos ou imóveis no ano passado, entre outros.

"O primeiro cuidado que o contribuinte tem que ter é em conseguir a documentação e fazer a triagem de tudo o que vai precisar", diz Valdir Amorim, da IOB.

Lista de documentos básicos:

O contribuinte precisa do recibo de entrega da última declaração de Imposto de Renda e ter em mãos alguns documentos pessoais e cadastrais, como:

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Recurso exclusivo para assinantes

assine ou faça login

Leia tudo sobre o tema e siga:

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha?

Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui).

Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ou na Google Play para receber alertas das principais notícias do dia.

A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 200 colunistas e blogueiros. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/03/receita-estreia-serie-de-lives-para-tirar-duvidas-sobre-imposto-de-renda.shtml>

RF inicia a operação Fonte Não Pagadora

Cento e vinte e sete empresas em Mato Grosso devem recolher R\$ 13,4 milhões para fins de autorregularização perante a **Receita Federal**. Até 15 de maio, 6.137 estabelecimentos em todo o país, com valores calculados em R\$ 810,1 milhões, deverão efetuar o recolhimento ou parcelamento das diferenças entre valores declarados e não retidos, acompanhados dos acréscimos legais. Para oportunizar a autorregularização a **Receita Federal** iniciou a operação "Fonte Não Pagadora". Orientações foram repassadas por meio de cartas remetidas aos endereços constantes no sistema de Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). As respectivas inconsistências podem ser consultadas em demonstrativo anexo às correspondências. Para confirmar a veracidade das cartas, as empresas podem consultar a caixa postal, mediante acesso ao e-CAC, na página da **Receita Federal**. (SB)

Site: <https://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/>

Carf anula mais de R\$ 1 bilhão em autos de infração da Rede D"Or por pejetização

Adriana Aguiar De São Paulo

A maior rede de hospitais privados do país, Rede D"Or São Luiz, tem conseguido vitórias consecutivas no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** para anular partes de autuações fiscais sobre a contratação de serviços médicos por meio de pessoas jurídicas, a famosa "pejetização". No início de fevereiro, houve dois julgamentos sobre o tema, que somados, anulam R\$ 1,3 bilhão em autos de infração. Cabe recurso.

No dia 6 de fevereiro, a 2ª Turma Ordinária, da 4ª Câmara, da 2ª Seção de julgamento, afastou parte de um auto de infração, cujo valor atualizado era de R\$ 369 milhões, em dezembro de 2023, segundo **comunicado** da empresa (processo nº 10166.720689/2017-18). No dia 7, foi a vez da 1ª Turma Ordinária, da 3ª Câmara, da 2ª Seção, que anulou autuação de R\$ 986 milhões (processo nº 10166.730893 /2017-39).

Após os julgamentos, ficou mantido parte dos autos de infração em valor atualizado aproximado de R\$ 2 milhões, segundo **comunicado** divulgado no dia 8 de fevereiro.

Os dois processos tratam de autos de infração antigos, lavrados pelo Fisco, com base em alegação genérica de que os médicos prestavam serviços como pessoas jurídicas e que isso seria uma fraude para mascarar o vínculo empregatício, por haver subordinação dos médicos ao hospital. Nesses casos, cobraram 20% de contribuição previdenciária e contribuição para terceiros, além de multa de ofício de 35% e, em alguns casos, multa agravada de 150%.

O caso julgado no dia 6 de fevereiro já teve decisão publicada. Os conselheiros basearam sua decisão em julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), em repercussão geral, que entendeu ser lícita a terceirização em qualquer atividade ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas (Tema 725).

No recurso, a Rede D"Or destacou esse julgamento do STF e argumentou que não houve comprovação de dolo, fraude ou conluio, "na medida em que as pessoas jurídicas contratadas são verdadeiras empresas médicas e que esse modelo de contratação

é ampla mente usado neste ambiente".

Citou, ainda, que o **Carf** e a Justiça do Trabalho têm reconhecido que o vínculo empregatício é incompatível com a atividade dos profissionais médicos. Por fim, ressaltou julgamento de 2023, na qual a 2ª Turma do Supremo reconheceu a legalidade da contratação de um médico, como pessoa jurídica (RCL nº 57.917). E também julgamento da 1ª Turma, com posicionamento semelhante (RCL nº 47.843).

O relator, conselheiro Rodrigo Rigo Pinheiro destacou que seria o caso de cancelar o crédito tributário em discussão, "considerando que o modelo de contratação exercido pela recorrente é lícito pela legislação respectiva e foi referendado pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral." Ele também destaca que a mesma rede teve dois processos administrativos tributários semelhantes cancelados (acórdãos 2401 -005.900 e 2201 -004.378).

No caso em julgamento, o conselheiro destacou que as provas no processo se deram, exclusivamente, com base em regimentos internos, manuais de médicos e códigos de conduta "sem analisar a situação concreta de cada um desses profissionais".

Ele também destacou que a Justiça do Trabalho já se pronunciou sobre a inexistência de vínculo empregatício entre médicos e prestadores de serviços e outros hospitais da Rede D"Or São Luiz.

Ainda ressaltou que os médicos têm autonomia para a organização de suas agendas. "Logo, não haveria de se falar em subordinação jurídica a ensejar o enquadramento desses profissionais como segurados empregados." Ainda entendeu pela ausência de subordinação ao analisar que existe uma série de notas-fiscais das pessoas jurídicas prestadoras de serviço, emitidas para diversas empresas relacionadas à saúde.

De acordo com o advogado Alessandro Cardoso, sócio do Rolim Goulart Cardoso Advogados, a decisão recém publicada traz profundidade na fundamentação sobre o tema. Para ele, o Fisco sempre entendeu no sentido de reconhecer o vínculo em caso de prestação de serviços entre empresas.

Contudo, a polêmica já estaria resolvida, segundo Cardoso, com o artigo 129 da Lei nº 11.196, de 2005. O dispositivo diz que, para fins fiscais e previdenciários, a prestação de serviços intelectuais está sujeita à legislação aplicável às pessoas jurídicas. Isso teria sido referendado pelo Supremo, ao declarar esse artigo constitucional na ADC 66, em dezembro de 2020. Isso, diz ele, sem falar no julgamento do STF no Tema 725.

O valor das autuações aplicadas contra a Rede D'Or são muito relevantes, segundo Caio Taniguchi, do TozziniFreire Advogados. "São autuações antigas, lavradas quando a Súmula 331 do TST [que vedava a terceirização da atividade fim] estava em vigor", diz.

Segundo Taniguchi, na época, os autos de infração eram genéricos, sem analisar o caso concreto para ver se realmente existem os requisitos previstos no artigo 3º da CLT para a caracterização de vínculo como: pessoalidade, habitualidade, onerosidade e subordinação. E no caso dos médicos, em geral, ressalta, eles têm autonomia para atender seus pacientes, muitos trabalham em vários hospitais ao mesmo tempo e têm seu consultório particular.

Procurada pelo Valor, a assessoria de imprensa da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) informou, por meio de nota, que os casos que envolvem o tema "pejotização" discutem questões probatórias, "de modo que as decisões proferidas pelo **Carf** podem ser favoráveis ao Fisco ou ao contribuinte, a depender das provas juntadas ao processo administrativo".

Como exemplo de precedente favorável à União, a PGFN citou o acórdão 9202-010.163, no qual a 2ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais do **Carf** manteve o lançamento fiscal, por entender que ficou provada a prática de simulação. "Portanto, no âmbito do **Carf**, a análise de autuações sobre "pejotização" é feita caso a caso, não sendo possível afirmar que existe um posicionamento favorável ou contrário, em tese, à pejotização." Procurada pelo Valor, a assessoria de imprensa da Rede D'Or São Luiz informou, por nota, que "não comenta decisões do Ministério da Economia".

"Muitos médicos trabalham em vários hospitais ao mesmo tempo" Caio Taniguchi

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187819>

Idosos contam com direitos exclusivos

Possibilidade de ficar livre de pagar tributo e a chamada dupla isenção são alguns dos benefícios, além da prioridade na restituição. Idosos que se enquadram nas situações obrigatórias para declarar o Imposto de Renda têm direitos exclusivos. São eles: isenção total para quem tem doenças graves, como esquizofrenia e Alzheimer, e dupla isenção para aposentados e pensionistas, com mais de 65 anos.

Outro direito especial é a prioridade na restituição, conforme o presidente do Conselho Regional de Contabilidade (CRC-ES), Wal-terleno Noronha. Ele frisou que os contribuintes com 80 anos ou mais, e os com 60 anos ou mais, deficientes e portadores de moléstia grave, têm esse benefício.

Já a dupla isenção, na prática, significa que aqueles que receberam rendimentos de até R\$ 30.639,90 em 2023, estão isentos, pela isenção aplicada a todos os contribuintes. Soma-se a ela, a isenção extra para essa parcela específica da população, que é sobre o rendimento de até R\$ 24.511,92 no ano, segundo a contadora Mônica Porto.

Ela explicou que o benefício vale também para quem fez 65 anos no ano passado, mas nesse caso leva em consideração a proporcionalidade, já que houve um aumento do valor limite da isenção em maio.

"O cálculo é proporcional a quantidade de meses que o idoso tiver feito o aniversário - R\$ 1.903,98 (janeiro a abril) e R\$ 2.112 (maio a dezembro) por mês." Os aposentados com doenças graves com Parkinson, Espondilite Anquilosante, câncer entre outras têm direito a isenção, mas para isso é necessário fazer a solicitação à **Receita Federal**. Para fazer o pedido, ele precisa passar pela perícia do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e apresentar laudos médicos que comprovem o direito, conforme informações do jornal Folha de São Paulo.

Para quem tem dúvidas sobre qual modelo usar na hora de declarar, o completo, segundo ele, é mais indicado para quem tem dependentes, muitas despesas dedutíveis com saúde e educação e mais de uma fonte de renda. Já o simplificado costuma ser mais vantajoso para quem não tem dependentes, possui poucas despesas dedutíveis e só uma fonte de renda.

O prazo para entrega da declaração começou dia 15 deste mês e vai até 31 de maio. Para utilizar a opção

pré-preenchida, é só entrar no programa e autenticar a conta gov.br nos níveis ouro ou prata. Já para fazer em smartphones, é preciso baixar uma nova versão do aplicativo Meu Imposto de Renda

CASAL faz cálculos para declarar o Imposto de Renda: recomendação sobre o melhor modelo do acerto de contas

Apesar de não ter uma regulamentação específica no Brasil, as moedas digitais precisam ser declaradas no imposto de renda, em alguns casos. No ano passado, mais de 25 mil consumidores caíram na malha fina por não declararem esses valores em criptomoedas. Foi mais de R\$1 bilhão não declarado.

A contadora Mônica Porto ressaltou que este ano a **Receita Federal** está mais rigorosa quanto ao tema e também solicitando mais informações dos contribuintes.

"Ela abriu mais alguns campos novos para declaração de Criptos, com mais solicitação de informações, mais completas", afirmou.

Presidente do Conselho Regional de Contabilidade (CRC), Wal-terleno Noronha destacou que os criptoativos não são considerados moeda de curso legal nos termos do marco regulatório atual. Entretanto, podem ser equiparados a ativos sujeitos a ganho de capital.

"Devem ser declarados pelo valor de aquisição na Ficha Bens e Direitos (Grupo 08 - Criptoativos), considerando os códigos específicos.

A declaração é obrigatória quando o valor de aquisição de cada tipo de criptoativo (da data da compra) for igual ou superior a R\$ 5.000.

O imposto é cobrado sobre o lucro das vendas que ultrapassem R\$ 35 mil por mês. O pagamento segue o mesmo modelo das ações e deve ser feito por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) até o último dia útil do mês seguinte à operação.

Em caso de obrigatoriedade, a ausência de declaração das criptomoedas no Imposto de Renda pode gerar desde penalidades, como multa e exigência do imposto sobre possíveis ganhos, a um processo criminal, conforme informações do Estadão

SÍMBOLO do biteoin: acima de 5 mil

Direitos dos idosos Dupla isenção APOSENTADOS e pensionistas, com 65 anos ou mais, têm direito a dupla isenção do imposto de renda já que muitas vezes têm mais gastos com saúde e cuidados específicos, o que torna a medida necessária.

NA PRÁTICA, aqueles que receberam rendimentos de até R\$ 30.639.90 em 2023. estão isentos, pela isenção aplicada a todos os contribuintes.

SOMA-SE A ELA, a isenção extra para essa parcela da população, que é sobre o rendimento de até R\$ 24.511.92 por ano.

Doença grave APOSENTADOS e pensionistas com doenças graves tem direito a isenção. São elas: Aids, alienação mental (esquizofrenia, transtorno bipolar, Alzheimer), doença grave no coração, contaminação por radiação, Doença de Paget em estados avançados (osteíte deformante), Parkinson, Esclerose múltipla, Espondiloartrose anquilosante, Fibrose Cística (mucoviscidose), Hanseníase, doença grave nos rins e/ou no fígado.

Neoplasia maligna (câncer), Paralisia Irreversível e Incapacitante, Tuberculose ativa.

TAMBÉM tem o direito os portadores de moléstia profissional, que são doenças desencadeadas ou agravadas no exercício da atividade profissional.

PARA FAZER o pedido da isenção por doença grave, o contribuinte precisa passar pela perícia do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e apresentar laudos médicos que comprovem o direito, conforme informações da Folha de São Paulo. O exame pode ser agendado pelo aplicativo Meu **INSS** ou pelo telefone 135.

Como declarar NA HORA DE DECLARAR a isenção extra o contribuinte que tem mais de um a aposentadoria deve apontar sobre qual será isenção.

NESSE CASO, o contribuinte deve adicioná-lo na ficha de Rendimentos Isentos e Não Tributáveis, com indicação do item 10: "Parcela isenta de proventos de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão de declarante com 65 anos ou mais".

JÁ AQUELES aposentados e pensionistas que tem doenças graves, mesmo sendo isentos podem ter de fazer a declaração, já que não há isenção de outros rendimentos como alugueis.

Modelo PARA QUEM ainda tem dúvida de qual modelo da declaração fazer, o modelo completo é mais indicado para quem tem dependentes, muitas

despesas dedutíveis com saúde e educação e mais de uma fonte de renda.

A DECLARAÇÃO simplificada costuma ser mais vantajosa para quem não tem dependentes, possui poucas despesas dedutíveis e somente uma fonte de renda. O programa da **Receita Federal** aponta qual é a opção que o contribuinte terá menos imposto a pagar, ou mais imposto a receber.

PRAZO O PRAZO PARA entrega da declaração começou vai até 31 de maio. Para quem vai usar a opção pré-preenchida. pode entrar no programa e autenticar a conta gov.br nos níveis ouro ou prata. Já para fazer em smartpho - nes. é preciso baixar uma nova versão do app Meu Imposto de Renda.

QUEM quer fazer a declaração pré- preenchida. é só entrar no programa e autenticar a conta gov.br nos níveis ouro ou prata. Já para fazer por meio de smartphones, é necessário baixar uma nova versão do app Meu Imposto de Renda.

MAIS INFORMAÇÕES sobre o tema no site www.gov.br.

Moedas digitais A DECLARAÇÃO é obrigatória quando o investimento em cada ativo for igual ou superior a R\$ 5 mil.

EM CASO DE OBRIGATORIEDADE, a ausência de declaração das criptomoedas no Imposto de Renda pode gerar desde penalidades, como multa e exigência do imposto sobre possíveis ganhos, a um processo criminal, conforme informações do Estadão.

Como declarar AS MOEDAS DIGITAIS DEVEM ser declaradas pelo valor de aquisição na Ficha Bens e Direitos (Grupo 08 - Criptoativos). considerando os códigos específicos: 01- Criptoativo Biteoin (BTC); 02 - Outras criptomoedas. conhecidas como alteoins, por exemplo. Ether (ETH), Ripple (XRP), Biteoin Cash (BCH) e Litecoin (LTC).

03 - Criptoativos conhecidos como stablecoins, por exemplo Tether (USDT), USD Coin (USDC), Brazilian Digital Token (BRZ), Binance USD (BUSD), DAI, True USD (TUSD), Gemini USD (GUSD), Paxos USD (PAX), Paxos Gold (PAXG) etc.

10 - Criptoativos conhecidos como NFTS (NonFungibleTokens).

99 Outros criptoativos.

Fontes: Mônica Porto. Walterleno Noronha. Estadão, O Globo, Folha de São Paulo. Nubank. **Receita Federal**.

APLICATIVO da Receita Federal

STF deve julgar nesta quarta-feira recurso sobre 'revisão da vida toda' do INSS

Brasília

/
Gabriela Coelho, do R7, em Brasília

Acompanhe o R7 no WhatsApp e tenha mais uma forma de se manter informado.

RECORD

JORNALISMO

VARIEDADES

Brasília | Gabriela Coelho, do R7, em Brasília

O STF (Supremo Tribunal Federal) deve julgar nesta quarta-feira (20) o recurso do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) sobre a chamada "revisão da vida toda" das contribuições à **Previdência Social**. O caso é o terceiro item da pauta, depois de duas ações sobre combate a incêndios no Pantanal. Os ministros vão decidir se alteram uma decisão de 2022 do próprio Supremo.

Na época, a Corte reconheceu a revisão da vida toda e permitiu aos aposentados que entraram na Justiça pedir o recálculo do benefício com base em todas as contribuições feitas ao longo da vida.

A "revisão da vida toda" permite aos segurados escolher a regra mais vantajosa para o cálculo da aposentadoria. Antes, só eram consideradas as contribuições a partir de julho de 1994, início do Plano Real, o que prejudicava os beneficiários que tiveram salários mais altos antes desse período.

Com a medida, toda a vida contributiva pode ser considerada no cálculo da aposentadoria e de outros benefícios do **INSS**, com exceção do auxílio-maternidade. A regra só vale para quem se aposentou nos últimos dez anos, desde que tenha dado entrada no pedido de aposentadoria antes da reforma da Previdência de 2019.

Em 1999, o Congresso Nacional mudou a forma de apuração dos salários para calcular a aposentadoria dos segurados do **INSS**. Até então, o cálculo era feito a partir da média dos 36 últimos salários de

contribuição.

A reforma criou duas fórmulas para definir o benefício: uma transitória, para quem já era segurado, e a outra definitiva, para quem começou a contribuir a partir de 27 de novembro de 1999.

Nos dois casos, a média salarial passou a ser calculada sobre 80% das maiores contribuições. A diferença foi o marco temporal:

no caso de quem já era segurado, as contribuições feitas antes da criação do Real, em 1994, foram desconsideradas; e

para os novos contribuintes, o cálculo avalia os recolhimentos desde o início das contribuições.

Dezembro de 2022 - O STF decidiu a favor da tese da revisão da vida toda. Os ministros decretaram a possibilidade de que os segurados escolham a regra mais vantajosa para o cálculo da aposentadoria pelo **INSS**. O placar foi de 6 a 5 pela aprovação.

Fevereiro de 2023 - O **INSS** apresentou ao STF um pedido de suspensão de todos os processos de aposentadoria ligados à medida, até que a questão fosse transitada em julgado.

Fevereiro de 2023 - Alexandre de Moraes determinou ao **INSS** que apresentasse em até dez dias um planejamento de quanto tempo a autarquia federal precisaria para implementar os pagamentos da revisão da vida toda.

Abril de 2023 - O STF publicou o acórdão da revisão da vida toda do **INSS**. Com isso, a decisão final garante a correção no benefício aos aposentados e pensionistas que entrarem com uma ação.

Mai de 2023 - A AGU (Advocacia-Geral da União) recorreu da decisão do STF. O órgão entrou com um recurso, chamado de embargo de declaração, para esclarecer pontos da tese definida pelo Supremo, a fim de dar maior segurança jurídica aos pagamentos.

Julho de 2023 - Moraes determinou a suspensão do trâmite de todos os processos que tratam do tema até a publicação da ata de julgamento dos embargos de declaração, entre os dias 11 e 21 de agosto, no

plenário virtual.

Agosto de 2023 - Cristiano Zanin pediu vista (mais tempo para analisar o caso).

Novembro de 2023 - O julgamento foi retomado.

Dezembro de 2023 - Moraes pediu destaque e suspendeu o julgamento, que estava no plenário virtual. Quando ocorre pedido de destaque, a decisão é levada ao plenário físico da Corte e recomeça.

Carregando...

Brasília

Utilizamos cookies e tecnologia para aprimorar sua experiência de navegação de acordo com o Aviso de Privacidade .

Tenha à disposição toda a programação RecordTV e os conteúdos dos melhores canais em um só lugar.

Acompanhe o R7 no WhatsApp e tenha mais uma forma de se manter informado.

RECORD

JORNALISMO

VARIEDADES

Site: <https://noticias.r7.com/brasil/stf-deve-julgar-nesta-quarta-feira-recurso-sobre-revisao-da-vida-toda-do-inss-20032024>

STF vai decidir hoje sobre as aposentadorias

Esse é um dos processos de maior impacto para os cofres públicos: são R\$ 480 bilhões

O Supremo Tribunal Federal (STF) julga, hoje, um recurso sobre a possibilidade de anular a decisão que autorizou a chamada Revisão da Vida Toda. Em 2022, a Corte havia decidido que aposentados e pensionistas do **INSS** têm direito a pedir os recolhimentos anteriores a julho de 1994, porém, um recurso pede a invalidação do resultado e o reenvio da ação ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Enquanto a definição não sai, 4.319 processos tiveram a tramitação suspensa, aguardando os ministros, de acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Ao dar resultado favorável aos aposentados, em dezembro de 2022, o Supremo entendeu que os recolhimentos realizados em período anterior a 1994 também deveriam ser apurados para fins de aposentadoria, prevalecendo, assim, a medida que fosse mais vantajosa para o contribuinte.

A tese proposta por Moraes limitou o período temporal pela decisão até a Emenda Constitucional 103/2019.

No entanto, no ano passado, Moraes atendeu a um pedido do **INSS** e suspendeu todos os processos que tratam da Revisão da Vida Toda até que seja concluída a análise do recurso apresentado.

Isso aconteceu porque centenas de pessoas estavam protocolando pedidos de revisão dos benefícios, e, em alguns casos, já havia decisões favoráveis.

Esse é um dos processos de maior valor para os cofres públicos.

O INSS alega perdas bilionárias com essa revisão. Segundo a LDO, caso a revisão prevaleça, o impacto será de R\$ 480 bilhões - número muito superior à estimativa feita pelo Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP): R\$ 1,5 bilhão.

(Correio Braziliense)

Site: <https://dp.presslab.com.br/20240320/>

Revisão da vida toda volta a julgamento no STF nesta quarta; entenda o que está em jogo (Previdência)

O STF (Supremo Tribunal Federal) deve começar a julgar nesta quarta-feira (20) o recurso do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) contra a revisão da vida toda . A sessão está marcado para começar às 14h, mas há outros três processos na frente.

A previsão é que a decisão final fique para quinta (21). A tese, aprovada pelo STF em dezembro de 2022 por 6 votos a 5 , garante a inclusão de contribuições previdenciárias antigas no cálculo da aposentadoria para ganhar mais.

Agora, o governo tenta limitar seus efeitos. Os ministros irão julgar os embargos de declaração da AGU (Advocacia-Geral da União), recurso que contesta parte da decisão e pede esclarecimentos sobre ela.

A corte deve analisar, de forma conjunta, a revisão da vida toda e outras duas ações de 1999 , que discutem a constitucionalidade do fator previdenciário e podem ser entraves para a tese.

Ambos processos foram colocados na pauta pelo presidente da corte, Luís Roberto Barroso , após 25 anos à espera de uma resposta. Para ele, caso seja declarada a constitucionalidade do fator, não é possível pedir a revisão da vida toda.

Barroso afirmou, no entanto, na sessão da última semana, que tem a intenção de decidir sobre a correção, mesmo se tratando de um tema "penoso". "A política que eu tenho adotado de maneira geral é decidir as questões, inclusive as que são penosas, porque a gente tem que decidir as coisas", disse.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O caso estava em análise no plenário virtual, mas o ministro relator, Alexandre de Moraes , pediu destaque em novembro do ano passado, levando-o para o plenário físico. Dessa forma, o processo é reiniciado. Todos os ministros terão de se manifestar, e os que já votaram poderão mudar seus votos.

O recém-empossado ministro Flávio Dino não poderá votar. Dino está impedido de se manifestar porque Rosa Weber , ministra a qual sucedeu, já deu seu parecer no processo . O ministro, porém, pode se manifestar nas outras duas ações.

Moraes, relator do processo, quer fixar um marco temporal para permitir que os aposentados escolham a regra de aposentadoria mais favorável. Para o ministro, a referência é 1º de dezembro de 2022, quando o STF julgou o mérito da ação.

Rosa Weber também entendeu que deveria haver modulação dos efeitos. Mas, para ela, o marco é 17 de dezembro de 2019, quando o STJ confirmou o direito à correção aos aposentados. Edson Fachin e Carmén Lúcia seguiram o voto de Rosa.

Cristiano Zanin, substituto de Ricardo Lewandowski (que votou a favor da revisão da vida toda), acolheu a alegação do **INSS** para anular o acórdão do STJ. Ele propôs retorno do processo ao tribunal superior.

Para o ministro, houve omissão no voto de Lewandowski ao não observar o que diz o artigo 97 da Constituição. Caso seja vencido quanto à anulação, o ministro propõe que o marco temporal para a modulação dos efeitos da decisão seja abril de 2023, quando foi publicada a ata do julgamento.

Luís Roberto Barroso e Dias Toffoli acompanharam o voto de Zanin.

Qualquer ministro poderá pedir vista, que é um prazo maior para analisar o caso. O mesmo pedido pode ser feito nas outras duas ações que serão julgadas em conjunto.

A corte pode ainda aceitar parte ou todo o recurso da AGU e enviar a revisão de volta ao STJ. O recurso poderá ser negado, trazendo vitória aos segurados, e uma das teses sobre o pagamento dos atrasados poderá ser aprovada.

Para tentar barrar os pagamentos, o **INSS** afirma que, se aprovada pelo STF, o instituto teria de revisar 88

milhões de benefícios, equivalente a todas as aposentadorias concedidas entre 1999 e 2019. Além disso, diz que o gasto para pagar a correção estaria estimado em mais de R\$ 380 bilhões.

Números rebatidos por estudos anexados ao processo no Supremo. Um deles aponta que, segundo o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), há hoje no Judiciário 61.411 ações discutindo a revisão da vida toda.

Segundo cálculos apresentados pelo Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários), embora cerca de 2,6 milhões de benefícios tenham potencial de serem atingidos pela correção, 382,7 mil teriam realmente direito. Neste caso, o gasto para pagar os segurados ficaria em torno de R\$ 3 bilhões.

É um processo judicial no qual os aposentados do **INSS** pedem para incluir salários antigos -pagos em outras moedas que não o Real- no cálculo da aposentadoria .

O motivo pelo qual se discute o direito à correção é a aprovação da lei 9.876, de 1999, que criou o fator previdenciário e mudou a regra de cálculo da média salarial, base dos benefícios do **INSS**.

A reforma da Previdência do governo Fernando Henrique Cardoso trouxe regra de transição que beneficiou novos segurados e prejudicou parte dos que já estavam no mercado de trabalho, contribuindo para a Previdência.

Pela lei, quem se filiou à Previdência até 26 de novembro de 1999 tem a média salarial calculada com as 80% das maiores contribuições a partir de julho de 1994, quando o Plano Real passou a valer.

Mas quem passou a contribuir com o **INSS** a partir de 27 de novembro de 1999 e atingiu as condições de se aposentar até 12 de novembro de 2019 tem a média calculada sobre os 80% maiores salários de toda sua vida laboral -por isso, vida toda.

Podem ter direito à revisão trabalhadores que se aposentaram nos últimos dez anos, desde que seja entre 1999 e 2019, e tinham altos salários, não considerados no cálculo do benefício. Há perfis de trabalhadores que ganhavam menos e, que, por ter pagamentos só anteriores a 1994, também podem ser beneficiados.

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Recurso exclusivo para assinantes

assine ou faça login

Leia tudo sobre o tema e siga:

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha?

Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui).

Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ou na Google Play para receber alertas das principais notícias do dia.

A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 200 colunistas e blogueiros. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/03/revisao-da-vida-toda-volta-a-julgamento-no-stf-nesta-quarta-entenda-o-que-esta-em-jogo.shtml>

Auxílio ou aposentadoria é direito do portador de fibromialgia

Os trabalhadores podem ser acometidos por diferentes tipos de doenças, sendo muitas delas invisíveis e incapacitantes. Algumas geram incapacidade de maneira definitiva; outras ou por um determinado período. A campanha nas cores roxo e laranja destacou as patologias crônicas, como a fibromialgia e o lúpus, assegurando direitos pelo Instituto Nacional de Seguro Social (**INSS**). A população deve focar no aumento da qualidade de vida de quem convive com essas condições.

Os efeitos são tão complexos que os portadores se enquadram nas características de pessoas consideradas deficientes, uma definição já existente em diferentes países e a Lei 14.705 ainda assegura tratamento gratuito pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A incapacidade no trabalho de pessoas com fibromialgia (FM) é uma questão muito debatida na literatura médica, devido à complexa e difícil avaliação dos portadores. Quem tem a doença pode experimentar dificuldades em cumprir exigências físicas, psicológicas ou ambientais, porém, ainda que não seja ocupacional; o trabalho pode agravar a doença ou impedir o tratamento; o que tem sempre chamado atenção do judiciário.

A fibromialgia, por exemplo, é uma das diversas doenças reumáticas e, segundo a Sociedade Brasileira de Reumatologia (SBR), atinge de 2% a 12% dos brasileiros, sendo considerada comum, acometendo, majoritariamente uma média de 7 a cada 10 mulheres.

A condição compromete o sistema muscular, esquelético e o tecido conjuntivo. Os impactos provocam dores intensas em diferentes órgãos, nas articulações, tendões, coluna, ossos, causam fraqueza muscular e aumentam a sensibilidade. O processo ainda pode ser acompanhado de sintomas complementares, como a fadiga, alterações no sono, memória, humor, ansiedade, depressão e alterações intestinais. A doença é progressiva.

O diagnóstico é clínico, feito por um reumatologista e, apesar da seriedade, raramente requer exames laboratoriais ou de imagem, pois não são específicos para definição. O médico aproveita a entrevista clínica para entender as queixas, ponderando critérios específicos da área para identificar o problema e apresentar soluções.

O trabalho é informação para vários tipos de situações vivências humanas. Quem tem fibromialgia sabe da dificuldade de compatibilizar a rotina laborativa com a doença, marcada por dor crônica generalizada. Dessa forma, muitas vezes haverá a necessidade de afastamento e busca dos benefícios previdenciários; auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, sendo essa disponibilizada, quando confirmada a incapacidade de se manter ativo, ou seja, trabalhando.

O valor do auxílio não deve ser inferior a um salário mínimo, indicando a possibilidade de atualização à medida que o governo anuncia reajustes anuais. Além disso, a quantia não deve ser superior à média dos últimos 12 salários de contribuição.

Já para a aposentadoria, apenas será liberada após aprovação de diferentes fases. Primeiro, deve-se apresentar documentos, como atestados, laudos, receitas médicas verificadas, depois, passar pela perícia médica do **INSS** e ainda requerer a necessidade de se ter trabalhado e contribuído para a previdência por um período mínimo de 12 meses. O salário será baseado em cálculo com a média de contribuição, sendo pago 60% do valor obtido, existindo ainda, a chance de conseguir um acréscimo de 25%.

É importante estar ciente que o processo pode ser longo, bastante demorado, e também existe a possibilidade de o pedido ser negado. O **INSS** pode indeferir benefícios; sendo necessário, em muitos casos, recorrer à via judicial para a efetivação dos direitos. Reiteradamente, a Justiça do Trabalho considera discriminatória a dispensa de portadores de fibromialgia; reconhecendo a nulidade da dispensa e a reintegração ao emprego, bem como o pagamento de salários devidos, restabelecimento do plano de saúde e encaminhamento ao **INSS**; sobretudo, quando a empresa tem ciência da doença; pelos repetidos afastamentos.

As campanhas de conscientização são essenciais por apresentarem novos olhares e enorme consistência para essa doença, que como outras; são crônicas; reforçando o mantra: "Se não houver cura, que ao menos haja conforto". Com certeza, o trabalho é a maior fonte de significados para o homem; conferindo sentido e identidade. Ainda que portador de doenças crônicas, sempre existirá uma plataforma de

acolhimento no ambiente laboral e enorme esforço das instituições, incluindo o Ministério Público do Trabalho e a própria Justiça, visando garantir dignidade, liberdade e humanidade. É crucial propiciar tudo isso dentro de um ambiente de trabalho saudável, respeitando as normas de saúde e, sobretudo, a preservação do maior dos direitos: o direito à vida. Se a dor grita em silêncio, a Justiça não.

O diagnóstico é clínico, feito por um reumatologista e, apesar da seriedade, raramente requer exames laboratoriais ou de imagem, pois não são específicos para definição

Site:

<https://digital.hojeemdia.com.br/produto/hed/edicao/12512/0b02a363bfbff2aab90f7c4fc95d4421928c3e96d88fb7260eb3cfad5425eeb7.pdf>

Pagamento de março do inss começa na sexta-feira - COLUNA DO APOSENTADO

STEPHANIE TONDO

Mais um lote de pagamentos para os beneficiários do **INSS** terá início na sexta-feira.

Como habitual, os beneficiários recebem de acordo com o último número do seu benefício. Os depósitos sempre começam com os que recebem um salário mínimo.

Portanto, os beneficiados com os pagamentos na sexta-feira são aqueles que ganham o piso salarial e que têm o último número do benefício 1. Abaixo, fiz questão de trazer as datas de pagamento de março para que os beneficiários possam se programar.

No mês de março, os beneficiários do **INSS**, assim como do Benefício de Prestação Continuada (BPC Loas), já começam a receber os valores na sexta-feira. Mas, nesse depósito, o valor ainda será apenas do benefício mensal.

A partir do próximo mês, os beneficiários de aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-acidente e auxílio-reclusão contarão com o pagamento do abono natalino ou 13º salário do **INSS**. O governo federal assinou decreto confirmando a antecipação da primeira parcela para abril e a segunda para maio.

Então, em março, os pagamentos serão apenas equivalentes ao que o beneficiário recebe mensalmente, que varia de R\$ 1.412 (salário mínimo nacional) a R\$ 7.786,02 (teto do **INSS**). Confira as datas e programe-se!

Para os beneficiários que recebem um salário mínimo: final do benefício 1, 22 de março; final 2, 25 de março; final 3, 26 de março; final 4, 27 de março; final 5, 28 de março; final 6, 01 de abril; final 7, 02 de abril; final 8, 03 de abril; final 9, 04 de abril; final 0, 05 de abril.

Para quem recebe mais de um salário mínimo: finais de benefício 1 e 6, 01 de abril; finais 2 e 7, 02 de abril; finais 3 e 8, 03 de abril; finais 4 e 9, 04 de abril; finais 5 e 0, 05 de abril.

Essa organização é muito importante para o **INSS**, pois o número de beneficiários se aproxima de 37 milhões de pessoas. Dessa forma, sistematizar de

acordo com o último número do benefício garante que não aconteça a superlotação nos bancos, distribuindo os atendimentos entre os dias.

Para saber mais informações sobre o **INSS**, economia e finanças, você pode me acompanhar no meu canal no YouTube, João Financeira, e meu perfil no Instagram, @ joaofinanceiraoficial.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/12179/20-03-2024.html>

Adesão automática a fundos de pensão: saiba como é, o que muda e se é vantajoso para sua aposentadoria

Desde o início deste mês, servidores que ingressarem no setor público e funcionários de empresas privadas que tenham fundo fechado de previdência terão adesão automática a fundos de pensão. Essa foi uma decisão tomada e aprovada por unanimidade pelo Conselho Nacional de **Previdência Complementar** (CNPc).

A aprovação representa uma mudança significativa na forma como os participantes são inscritos em planos de **previdência complementar** fechada. Na prática, os trabalhadores vão ser automaticamente inscritos em um plano de previdência fechada, incentivando a participação na **previdência complementar**.

"Antes dessa resolução, a inscrição em planos de **previdência complementar** exigia uma ação ativa por parte dos interessados. A mudança visa proteger os beneficiários e resolver impasses anteriormente existentes, garantindo uma maior cobertura previdenciária complementar à população", diz Daniela Poli Vlavianos, sócia do escritório Poli Advogados.

A adesão ao fundo de pensão será automática, mas não obrigatória. Aqueles funcionários que não quiserem ser incluídos nos fundos de **previdência complementar** terão até 120 dias a partir da contratação para sair. A partir da desistência, o funcionário recebe, em até 60 dias, o valor corrigido das contribuições já realizadas.

Ricardo Pena, diretor-superintendente da Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (PREVIC), explica que, "apesar da importância, muitas pessoas ainda não entendem a previdência fechada e acabam ficando às margens dessa proteção. Com a adesão automática isso muda, pois elas primeiro entram no sistema e, caso não queiram, podem sair sem qualquer prejuízo".

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar** (Abrapp) estima que atualmente cerca de 500 mil servidores e funcionários de empresas privadas poderiam contribuir para um dos fundos, mas não fizeram a opção.

Entenda os fundos

Os fundos de pensão são opções de investimento para proporcionar uma aposentadoria complementar, como forma de aumentar os recursos recebidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Esses fundos pertencem à chamada previdência fechada, ou seja, só os que trabalham na empresa com esse serviço podem participar.

Quem quiser ter aposentadoria complementar à do **INSS**, e não trabalha como funcionário público ou em empresas com fundos de pensão, pode fazer uma **previdência complementar** aberta, oferecida por instituições financeiras. O Previ (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil) é o maior fundo de pensão do País.

É vantajoso para a aposentadoria

Josilmar Cordenonssi, professor de finanças da Universidade Presbiteriana Mackenzie, explica que é muito vantajoso para o trabalhador ter um plano de **previdência complementar**, especialmente quando, para cada R\$ 1,00 que o funcionário contribui, o empregador deposita a mesma quantia.

"Só aí o trabalhador já teria um rendimento que dificilmente ele teria em um outro plano/aplicação", enfatiza em entrevista ao Terra.

Segundo a Fundação de **Previdência Complementar** do Servidor Público da União (Funpresp), a cada 100 funcionários que aderiram automaticamente ao fundo de pensão, 94 optaram por ficar no plano.

Para o especialista, "a resolução visa evitar que alguns funcionários deixem de se inscrever no plano por desinformação, ou uma certa inércia comportamental de não buscar informações para tomar uma decisão que tem o potencial de trazer um grande benefício à sua vida, especialmente quando ele irá mais precisar".

Imposto de Renda 2024: Especialistas tiram dúvidas sobre declaração de MEI e pequenas empresas

Você sabia que um pequeno erro que você cometer na hora de preencher a declaração de IR pode fazer você

pagar mais **impostos** do que deveria? Para ajudar com as inúmeras dúvidas que surgem na hora de declarar rendimentos, o Terra promove, nesta sexta-feira (22/03), às 11h, uma live com especialistas para tirar dúvidas da declaração de MEI, pequenas empresas e pequenos comércios. Acompanhe a transmissão na home do Terra ou no canal no YouTube do portal. Você poderá tirar suas dúvidas ao vivo. Clique aqui para assistir à live.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/adesao-automatica-a-fundos-de-pensao-saiba-como-e-o-que-muda-e-se-e-vantajoso-para-sua-aposentadoria,7ae8f93df929d435af472f1064b6f4caa2nyr1x5.html>

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 4

Publicado em 20/03/2024 - 06:48
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta quarta-feira (20) a parcela de março do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 4.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 679,23. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 20,89 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,15 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 270 mil famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras estabelecidas

pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 100 mil de famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 3,21 milhões de famílias foram incluídas no programa desde março do ano passado. Segundo a pasta, isso se deve à estratégia de busca ativa.

Regra de proteção

Cerca de 602 mil famílias estão na regra de proteção em março. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 370,49.

Auxílio Gás

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em abril.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-03/caixa-paga-novo-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-4>

Governo deve bloquear cerca de R\$ 5 bilhões do Orçamento

RENATA AGOSTINI - BRASÍLIA

A equipe econômica deve determinar um bloqueio de cerca de R\$ 5 bilhões no Orçamento dos ministérios, segundo um integrante do governo a pardos números.

O valor, que ainda está sendo fechado, será anunciado na sexta-feira, quando os ministérios da Fazenda e do Planejamento divulgarão o relatório que avalia receitas e despesas referentes ao primeiro bimestre.

A expectativa em relação ao tamanho do bloqueio cresceu após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva falar na reunião ministerial desta segunda-feira que os ministros iriam reclamar, mas "os cortes são necessários".

MANUTENÇÃO DO DÉFICIT ZERO

Como mostrou o GLOBO, o time econômico já havia descartado a necessidade de um contingenciamento significativo neste início do ano. A arrecadação de **impostos** nos dois primeiros meses veio acima do esperado, afastando a necessidade de um corte de despesas expressivo.

O bloqueio será necessário, no entanto, diante do estouro de gastos da **Previdência Social**. Por causa disso, a equipe econômica precisa ordenar que os ministérios segurem parte das despesas para cobrir o buraco. Os gastos do **INSS** são obrigatórios, assim como o pagamento de salários dos servidores e os dispêndios com a Saúde.

Especialistas que acompanham as contas públicas já haviam alertado que os desembolsos com a Previdência foram subestimados durante a confecção do Orçamento.

Há uma diferença técnica entre "bloqueio" e "contingenciamento". O primeiro ocorre quando há um crescimento de despesas obrigatórias, como a Previdência, e é preciso controlar gastos não obrigatórios - isso é necessário para não estourar o limite de gastos previstos no arcabouço fiscal. O contingenciamento acontece quando há frustração de receitas e é necessário segurar gastos para cumprir a meta fiscal. Neste ano, a meta é de déficit zero.

Por isso, o desempenho das contas públicas no primeiro bimestre vem sendo comemorado dentro do governo. No fim do ano passado, algumas projeções apontavam a necessidade de um contingenciamento na ordem de R\$ 20 bilhões neste mês para garantir a meta fiscal do ano.

Esse cenário não se concretizou. O bloqueio na casa dos R\$ 5 bilhões fará com que o governo reforce a promessa de entregar a meta de "déficit zero" no fim do ano, segundo integrantes da equipe da Fazenda. Um bloqueio da dimensão que se pensava originalmente poderia levar Lula a mudar a meta, de acordo com integrantes do governo.

Auxiliares de Fernando Haddad lembram que, para cumprir a regra do novo arcabouço fiscal, eles podem fechar o ano com déficit de até 0,25% do **PIB**, ou cerca de R\$ 28 bilhões no vermelho.

0,25% do **PIB** é o déficit máximo que o governo pode fechar o ano. É o limite previsto para cumprir a regra do novo arcabouço fiscal, o equivalente a R\$ 28 bilhões

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Congresso defende trava para adoção de "imposto do pecado"

BIANCA LIMA IANDER PORCELLA BRASÍLIA

Em articulação paralela ao Ministério da Fazenda, o Congresso apresentou proposta para a regulamentação do Imposto Seletivo incluído na **reforma tributária** do consumo com a previsão de travas para impedir que o tributo se torne arrecadatório e, assim, abandone a função primordial de regulação.

O texto também propõe a redução das prerrogativas da **Receita Federal** e a ampliação do papel de deputados e senadores em futuras avaliações sobre a nova taxação.

Conhecido como "imposto do pecado", o tributo tem o objetivo de desencorajar o consumo de produtos e serviços que sejam prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. No entanto, há o temor do setor produtivo de que a taxa tenha finalidade fiscal, caso haja um mau desempenho das contas públicas.

Entre os bens e serviços que podem ser atingidos pela nova tributação, estão cigarro, bebidas alcoólicas, alimentos ultraprocessados e extração de petróleo e minério.

O projeto de lei complementar de iniciativa do Congresso, protocolado por 22 frentes parlamentares, exige que o governo defina metas programáticas para cada grupo de produto alvo do imposto, com avaliações anuais e previsão de suspensão da cobrança caso os resultados não sejam alcançados.

Com relação ao cigarro, por exemplo, caso a meta seja a redução no número de fumantes isso teria de ser verificado anualmente, com base em dados do Ministério da Saúde. Se o objetivo não for cumprido, a incidência pode ser suspensa até nova avaliação e ficaria vedado qualquer aumento de alíquota.

O texto prevê que as reavaliações sejam conduzidas por comissão especial do Senado, formada exclusivamente para esse fim, e depois submetidas ao plenário da Casa em regime de urgência. Ou seja, uma forma de aumentar o poder dos parlamentares - e reduzir as possibilidades do Executivo de elevar a cobrança do Seletivo.

DEBATE. A primeira iniciativa nesse sentido foi aprovada ainda durante a discussão da emenda

constitucional, que determinou que as alíquotas do novo imposto dependerão de aprovação de lei ordinária.

Trata-se de uma mudança em relação ao sistema atual do IPI, um imposto originalmente regulatório, que será extinto pela reforma. Hoje, a cobrança do IPI pode ser modificada por ato do Poder Executivo, sem passar pelo Congresso.

Para reforçar esse movimento, os parlamentares querem garantir o conceito de "autoaplicação" a todas as leis complementares de regulamentação da reforma - ou seja, que elas não dependam de normativas posteriores do Fisco para entrar em vigor.

"Todos os projetos serão autoaplicáveis.

Não deixarão a oportunidade para a Receita regular, gerando caos tributário e insegurança jurídica para os negócios", afirmou Rodrigo Marinho, secretário da Frente Parlamentar do Livre Mercado.

Pessoas a par da discussão ouvidas pelo Estadão/Broadcast afirmam, porém, que essa possibilidade é bastante remota e dificilmente encontrará amparo no direito tributário.

FINALIDADE "EXTRAFISCAL". Durante a segunda votação da **reforma tributária** na Câmara, em 15 de dezembro, foi retirada do texto apresentado pelo relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (Progressistas-PB), a menção que havia à "finalidade extrafiscal" do seletivo.

Essa especificação havia sido incluída pelo relator da proposta no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), após causar polêmica a possibilidade de uso do tributo para melhorar o resultado fiscal do governo.

Isso porque os **tributos** se dividem em dois grupos: os que têm funções fiscais (arrecadar receitas para financiar o Estado) e os extrafiscais (função reguladora, com objetivos diversos de obter receitas tributárias, como incentivar ou desestimular uma determinada conduta). Agora, na iminência de regulamentação do novo sistema, o assunto voltou ao foco de tributaristas, empresários e parlamentares.

"(Os projetos) Não deixarão a oportunidade para a

Receita regular, gerando caos tributário" Rodrigo
Marinho Secretário da Frente Parlamentar do Livre
Comércio

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Haddad: reforma tributária será concluída este ano

Raphael Pati*

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse, ontem, acreditar que os projetos de lei complementar da **reforma tributária** sobre consumo sejam aprovados ainda este ano, mas após as eleições municipais de outubro. Em conversa com jornalistas, o ministro apontou que os projetos, em fase de elaboração pelo Grupo de Trabalho (GT) designado para definir a proposta, devem ficar prontos em abril, mas com tempo suficiente para serem aprovados em 2024.

Ainda ontem, o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), cobrou celeridade do governo, para uma votação ainda no primeiro semestre. Antes, portanto, do pleito eleitoral.

"Tem que aprovar até o ano que vem. Mas eu acredito que se [a proposta] for agora, em abril, para o Congresso, se nós tivermos um bom relator designado, eu penso que é possível chegarmos, após as eleições, com um entendimento", disse Haddad.

Para o chefe da Fazenda, não haverá dificuldade para votação em 2024. "Eu acredito que seja possível. Obviamente que nós temos que votar tudo para 2026, aí não tem mais jeito. Mas é tempo suficiente. Eu acredito que é possível votar", frisou o ministro.

Lira, por seu turno, afirmou que "a gente tem que resolver isso no 1º semestre". Segundo o político, após isso, os parlamentares estarão todos voltados para as campanhas locais. "É factível, vamos para o detalhamento da reforma agora. É o que a gente chama de pente fino, é onde vai separar A de B, de C, de D, quais são as perspectivas", afirmou o parlamentar no seminário Os Caminhos para a Mobilidade de Baixo Carbono para o Brasil, do qual Haddad também participou. Após o 1º semestre, segundo o deputado, as eleições "moverão os interesses de todos".

Lira comentou que a reforma terá um relator diferente para cada projeto de lei de regulamentação e que ainda não há uma definição. Haddad também não quis revelar possíveis nomes. "As pessoas sabem quem entende da matéria e estão especulando se não está havendo algum entendimento para ver quem vai ser [o relator]. Mas eu acredito que se forem da qualidade da

Emenda Constitucional [132], vai ser bom", pontuou, em referência aos relatores do texto principal da **reforma tributária** - Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) na Câmara e Eduardo Braga (MDB-AM) no Senado.

Imposto sobre a renda O ministro da Fazenda também justificou o fato de não ter enviado ao Congresso, dentro do prazo que terminou ontem, a proposta de reforma da tributação sobre a renda. "Não adianta mandar uma coisa que não foi conversada antes. Chega ruim no Congresso e aí, em vez de ajudar o país a encontrar um caminho, atrapalha com um projeto ruim", disse Haddad.

Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

Reforma chega a nova fase decisiva, e Lira cobra propostas de Haddad

BIANCA LIMA

A primeira fase da regulamentação da **reforma tributária** aprovada em 2023 chega a uma semana decisiva com uma série de indefinições.

A chamada Comissão de Sistematização (Cosist), que vai coordenar os 19 grupos técnicos sobre o tema, iniciou uma força-tarefa com o objetivo de concluir as propostas antes da Páscoa. Ontem, o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), disse que a regulamentação da reforma neste ano só depende do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Uma vez finalizados pela comissão, os anteprojetos de lei serão entregues à Fazenda e depois encaminhados ao Congresso.

Na segunda-feira, Haddad havia dito que enviará dois projetos. "Ele (Haddad) tem de mandar a regulamentação, ninguém tem um relator antes do texto", disse Lira, ontem.

Entre os pontos considerados polêmicos - e que vêm mobilizando tributaristas, governo e empresários -, está o Imposto Seletivo, conhecido como "imposto do pecado", a ser cobrado sobre itens considerados nocivos à saúde ou ao ambiente. A indústria de alimentos ultraprocessados tenta se blindar contra o novo tributo, enquanto as cadeias de petróleo e mineração estão em estado de alerta.

Há ainda embates sobre a composição da cesta básica nacional, que terá alíquota zero do novo Imposto sobre Valor Agregado (o IVA, que unificará cinco **tributos**), e sobre os regimes específicos, que se multiplicaram em meio às votações na Câmara e no Senado no ano passado.

São mais de 70 pontos que precisam de legislação complementar e que serão alvo de quatro anteprojetos principais. O mais amplo vai definir as hipóteses de incidência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o IVA de competência da União, e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de Estados e municípios - **tributos** que começarão a ser implantados em 2026 e que terão vigência integral a partir de 2033. Esse texto trará ainda o detalhamento dos regimes específicos, diferenciados ou favorecidos, aspecto fundamental para se definir a alíquota-padrão do IVA.

Como a reforma tem a premissa de ser neutra do ponto de vista de carga tributária, quanto mais reduzida for a cobrança sobre certos setores, maior será a tributação geral para equilibrar a balança. Na última estimativa, ainda em 2023, a Fazenda previu alíquota próxima de 27,5% - uma das maiores do mundo.

O segundo anteprojeto tratará do Comitê Gestor do IBS, entidade responsável pela operacionalização das regras definidas em lei complementar; enquanto o terceiro terá o desenho do Imposto Seletivo. Já o quarto texto tratará do contencioso administrativo dos novos **tributos**. Isso não significa, porém, que serão enviados quatro propostas ao Congresso, uma vez que os textos ainda passarão pelo crivo político.

Anteprojetos

Comissão que coordena grupos técnicos intensifica debate de propostas para apresentá-las ao governo

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma tributária

VICTORIA ABEL E BERNARDO LIMA
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

A pressão sobre o Ministério da Fazenda para o envio dos projetos de lei que vão regulamentar a **Reforma Tributária** dos **impostos** sobre consumo tem escalado nos últimos dias e ganhou forma de cobrança pública ontem do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), ao ministro Fernando Haddad, que garante a aprovação das propostas até o fim do ano. Na noite de ontem, Lira disse que ficou marcada uma reunião para hoje com o ministro para fixar um calendário.

A primeira versão dos textos será fechada pela Fazenda até sexta-feira, segundo integrantes do grupo de trabalho que desenha as propostas, ao lado do secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy. Em seguida, passarão pelo crivo do ministro.

Desde o início do mês, lideranças parlamentares têm demonstrado preocupação com o tempo curto para discussões no Congresso, em ano eleitoral. Ontem, Lira disse que vai pedir ao governo a definição de um calendário de envio e votação dos projetos.

IMPACTO DO ANO ELEITORAL

Lira reconheceu que o ano eleitoral pode dificultar as coisas, mas afirmou que as aprovações precisam ocorrer em 2024. Ele quer concluir a regulamentação como marca de sua presidência da Câmara, que se encerra em 2025. Lira atuou diretamente na aprovação da proposta no ano passado.

- Pedi uma reunião com Haddad para um calendário de regulamentação da reforma. Se demormos a fazer, podemos entrar em um ciclo de dificuldades e entrar num vácuo de regulamentação. Temos que resolver isso no primeiro semestre, não podemos passar do ano de 2024 com isso -disse o deputado, em evento com empresários.

No mesmo evento, o ministro da Fazenda disse que a regulamentação deve ser encaminhada ao Congresso por meio de dois projetos de lei. Antes, o ministério cogitava enviar até quatro projetos, mas aliados do ministro entendem que um número menor de propostas irá facilitar a tramitação nas casas legislativas.

O número menor de propostas também melhora o

diálogo da Fazenda com os relatores designados para cada uma delas, podendo, inclusive, ser o mesmo deputado. Ontem, Haddad avaliou que haverá tempo suficiente para a aprovação.

-Se for agora em abril para o Congresso, e nós tivermos um bom relator designado, penso que é possível chegarmos até as eleições com um entendimento. Vai depender da habilidade do relator, mas acho que é possível votar, é tempo suficiente. Tenho defendido mandarmos uma coisa boa e amadurecida ao Congresso. Não adianta chegar na Câmara, queremos que ele seja aprovado. Chega na Câmara uma bola quadrada, vai demorar mais tempo para acertar do que se a gente aguardar a equipe do Appy formular o projeto com o apoio de todo mundo -disse.

A previsão é que um dos projetos de lei traga a regulamentação dos dois **impostos** sobre valor agregado (IVA) resultantes da reforma: CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços, imposto federal) e IBS (Imposto sobre Bens e Serviços, que será o tributo local). O outro projeto deve tratar da regulamentação do Imposto Seletivo (IS), que vai recair sobre produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

Cada um dos 19 grupos de trabalho temáticos criados pela Fazenda para facilitar a montagem das leis complementares já entregou relatórios setoriais à coordenação da Secretaria de **Reforma Tributária**. Agora, o grupo que centraliza esses textos está fazendo a filtragem das sugestões e dando forma às leis complementares que vão aglutinar as regras de regulamentação. Entre os coordenadores está o próprio Appy, além de representantes de estados e municípios. A maior parte tem participado de reuniões diárias, desde segunda-feira, para o fechamento da proposta que deve chegar às mãos de Haddad até o fim da semana.

Aliados do ministro afirmam que a espinha dos projetos, ou seja, os artigos que determinam a criação do CBS e IBS estão prontos. Falta finalizar, por exemplo, os detalhes de como cada setor da economia vai ser tributado, incluindo o tratamento para regimes específicos. A estrutura do chamado Imposto Seletivo também está avançada e haverá diferenciação de alíquota para diferentes setores ou produtos.

IMPOSTO SELETIVO

Antes mesmo de o governo enviar o projeto, deputados da Frente Parlamentar de Empreendedorismo (FPE), ligados ao setor extrativista, apresentaram proposta para regulamentação do IS. O temor de empresários é que a determinação do imposto sobre atividades de extração possa encarecer a cadeia de produtos essenciais, como energia elétrica e insumos farmacêuticos.

O projeto de lei afirma que será vedada a incidência desse imposto em exportações, operações com energia elétrica e telecomunicações, produtos e serviços vinculados à transição energética. A emenda constitucional da reforma prevê, porém, cobrança de 1% do imposto seletivo na extração de recursos naturais não renováveis, como minérios e petróleo.

O setor de petróleo sugere cobrança menor que 1% para extração de matérias-primas que possam ser inseridas em cadeias de produtos não prejudiciais à saúde.

- Pedimos que a alíquota para a extração seja zero, ou próxima a zero, já que o texto da emenda constitucional permite a alíquota máxima de 1% -disse o presidente da Associação Brasileira das Empresas de Bens e Serviços de Petróleo (Abespetro), Teimo Ghiorzi.

"Pedi reunião com Haddad para um calendário de regulamentação da reforma. Se demorarmos a fazer, podemos entrar em um ciclo de dificuldades e entrar num vácuo de regulamentação" Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara

"Se for agora em abril para o Congresso, e tivermos um bom relator designado, penso que é possível chegarmos até as eleições com um entendimento" Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Fundo é o 1º ponto da reforma a ser regulamentado

Jéssica Sant"Ana

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), que será abastecido com dinheiro da União para compensar os Estados pelas perdas de arrecadação com as novas regras tributárias, será feito por projeto de lei ordinária. A minuta já está pronta, passando apenas por ajustes finais, apurou o Valor. O texto será encaminhado ao Congresso Nacional pelo Executivo, junto com outros projetos de lei complementares que regulamentarão os demais itens da **reforma tributária** do consumo. Porém, a proposta de lei ordinária do FNDR foi uma construção apenas dos Estados, disse uma fonte.

A ideia de enviar o texto através do governo federal é para "aproveitar o poder de tração", explicou.

O projeto de lei ordinária do FNDR é o primeiro a ficar pronto de uma série de leis complementares, ordinárias, decretos e portarias necessários para dar forma à **reforma tributária** sobre o consumo, aprovada em dezembro pelo Congresso.

O FNDR foi inserido na reforma para evitar a guerra fiscal que existe hoje entre os Estados e para compensar aqueles que se sentem prejudicados com a mudança da tributação do local de origem (produção) para destino (consumo).

O fundo será financiado com recursos orçamentários da União: R\$ 8 bilhões em 2029; R\$ 16 bilhões em 2030; R\$ 24 bilhões em 2031; R\$ 32 bilhões em 2032; R\$ 40 bilhões em 2033; mais R\$ 2 bilhões por ano de 2034 a 2042; e R\$ 60 bilhões por ano a partir de 2043.

Os valores serão atualizados anualmente pelo IPCA.

Ainda de acordo com o texto da reforma, 70% dos recursos do fundo serão distribuídos seguindo os critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e 30% com base na população do Estado. O Tribunal de Contas da União será responsável por regulamentar e calcular os coeficientes individuais de participação.

Os recursos poderão ser usados para fomento a atividades produtivas; investimentos em infraestrutura; inovação e difusão de tecnologias; e desenvolvimento científico e tecnológico. Os Estados deverão priorizar

projetos de preservação ambiental e redução das emissões de carbono.

O Valor também apurou que as discussões sobre o Fundo de Compensação dos Benefícios Fiscais de ICMS estão mais atrasadas, assim como do Fundo do Amazonas e do Fundo dos Estados da Amazônia Ocidental e do Amapá, que precisam de leis complementares.

A ideia do governo é enviar em abril ao Congresso ao menos três projetos para regulamentar a **reforma tributária**: dois de leis complementares e o da lei ordinária do FNDR. O primeiro projeto de lei complementar trará toda a regulamentação relacionada aos novos **tributos** (a CBS, federal, e o IBS, de competência dos Estados e municípios). Há a possibilidade de a regulamentação do Imposto Seletivo, que ia num texto a parte, ser incluído nesse primeiro projeto.

O segundo projeto de lei complementar será o da regulamentação do Comitê Gestor, que terá como missão uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do IBS, gerir a arrecadação do imposto, efetuar as compensações e distribuir as receitas, além de gerenciar o contencioso administrativo.

Há, ainda, um terceiro projeto de lei complementar sendo redigido, que tratará mais do processo administrativo, mas a tendência é que esse texto não fique pronto a tempo de ser enviado no mês que vem ao Congresso Nacional.

A previsão é que os textos sejam fechados até o fim do mês no Ministério da Fazenda, mas precisarão passar pelos ministérios envolvidos e pela Casa Civil, por isso serão encaminhados em abril ao Congresso.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187819?page=1§ion=1>

Lira cobra de Haddad cronograma para regulamentação

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PPAL).

cobrou do ministro Fernando Haddad (Fazenda) um cronograma para a regulamentação da **reforma tributária**. De acordo com ele, o calendário eleitoral dificulta o avanço dos trabalhos.

Mesmo assim, ele defendeu que o tema não caia no que chamou de "vácua regulamentação".

"Eu liguei ao ministro Haddad pedindo uma conversa para hoje para que acertássemos definitivamente o envio de lei complementar para regulamentação da reforma", afirmou Lira durante evento sobre transição energética, organizado por Esfera Brasil e MBCBrasil.

"É uma preocupação que nós temos, a luta não pode ter sido em vão. Se demormos a fazer [a regulamentação], ela pode entrar num ciclo de dificuldades, e podemos ficar mais uma vez num vácuo de regulamentação", continuou.

A declaração foi dada depois de o ministro decidir que não vai respeitar o prazo de 90 dias previsto na emenda constitucional da **reforma tributária** para o envio de projeto para alterar as regras de cobrança de Imposto de Renda. A data-limite era esta terça-feira (19). Conforme mostrou a Folha, o governo quer direcionar as energias para a regulamentação das mudanças sobre a tributação do consumo. A proposta do governo, nesse caso, deve ser enviada até meados de junho.

Lira disse também que pretende que o tema seja tratado pelo Congresso ainda no primeiro semestre, para que a discussão não seja atropelada pelas eleições municipais. "Eu penso que a gente tem que resolver isso no primeiro semestre. É factível. A gente precisa de tempo, não pode ser no afogadilho, mas penso que não podemos passar do ano de 2024. No ano de 2024, teremos eleições que mexerão interesses de todos", disse.

Para o presidente da Câmara, a conversa desta terça com o ministro da Fazenda será determinante para o avanço da pauta.

"Não é justo com o país e com todo mundo que sabe que ela vai causar os efeitos, o que gerou de positivo

na nota do nosso país, o que gerou de satisfatório na expectativa de investimentos externos não pode naufragar por falta de calendário para esse ano", afirmou.

Mais cedo, no mesmo evento, Haddad afirmou preferir atrasar o envio do projeto envolvendo a reforma dos **tributos** sobre a renda do que mandar "um projeto ruim". "Entendemos que podemos mandar as propostas da reforma do IR à medida que os textos vão sendo formatados e dialogados com a sociedade. Não adianta mandar uma coisa que não foi conversada antes, chega ruim no Congresso, em vez de ajudar o país a encontrar um caminho, atrapalha com um projeto ruim", disse.

"No passado recente, vários projetos ruins foram encaminhados, uma Casa aprova e a outra não aprova [em referência à Câmara dos Deputados e ao Senado], vira um Frankenstein, não vale a pena", acrescentou.

Segundo Haddad, o secretário extraordinário da **reforma tributária**, Bernard Appy, tem sido "muito técnico" e "muito cauteloso" nas propostas. "Tenho certeza que o Congresso vai preferir receber algumas semanas depois um projeto bom do que receber uma coisa que ele vai ter que apagar depois", afirmou.

Como a emenda constitucional não fixou uma punição para o descumprimento, a equipe econômica optou em assumir o ônus de não enviar o projeto completo ao Congresso.

Sobre a remodelagem do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), Lira disse ainda desconhecer a proposta do Ministério da Fazenda.

O presidente da Câmara afirmou que o líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE), não apresentou o texto durante uma reunião em que tiveram na véspera para tratar de outro tema.

"Particpei só da reunião que houve com o ministro Haddad e com os líderes, onde várias sugestões foram apresentadas, e o governo ficou de elaborar texto.

Por dificuldades, penso que orçamentárias, esse texto

terá que ser repercutido através de um parlamentar. Mas não tenho a ideia do texto, do mérito", disse.

A Fazenda recuou da decisão de extinguir o Perse. A ideia é fazer uma "escada" para a redução gradual do benefício tributário, zerando em 2027. (Folhapress)

Site: <https://opopular.com.br/digital/20-marco-2024/1o-caderno>

Governo vai criar o cashback das igrejas

Henrique Lessa

Com a queda na popularidade do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em especial nos grupos evangélicos, o Planalto intensifica a busca por se aproximar dessa camada da população. Depois de muita negociação com a área econômica, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, anunciou, ontem, que o governo vai apoiar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que amplia os benefícios fiscais a entidades religiosas.

Padilha comemorou o acordo e pontuou que o tratamento que o governo, por meio do Ministério da Fazenda, vinha dando ao assunto é tributário, e aproveitou para faturar politicamente. "Esse acordo desmonta as fake news de que o presidente Lula perseguia igrejas". Padilha se referia à decisão, em janeiro, da **Receita Federal**, de acabar com a isenção para pastores, criada em julho de 2022, no governo Jair Bolsonaro, em meio à corrida presidencial.

A suspensão do benefício causou uma verdadeira romaria de parlamentares evangélicos ao ministério, na tentativa de reverter a decisão. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, criou um grupo de trabalho para discutir o assunto.

Entendimento Pela empolgação, ontem, do autor da PEC, o deputado e bispo Marcelo Crivella (Republicanos-RJ) ? sobrinho do bispo Edir Macedo, dono da TV Record e líder da Igreja Universal do Reino de Deus ?, ao menos esse segmento do público evangélico pode voltar a se aproximar do governo Lula.

"Temos agora um governo que entende isso, que está investindo em algo que é fundamental, que é a fé do povo. Igreja forte é crime fraco, igreja forte é família forte, pátria forte, sociedade forte", disse o deputado na saída da reunião no Ministério da Fazenda, que fechou o acordo em torno do teor da PEC.

Questionado por jornalistas se a medida poderia ampliar a popularidade do governo Lula, Crivella foi direto e disse que sim. "Essa medida é importantíssima para mostrar ao Brasil que esse governo não é contra as igrejas", disse o bispo.

Apesar da estratégia do Planalto focar no público evangélico, Padilha ressaltou que a medida atenderá a todas as denominações religiosas.

"Na reunião com o Ministério da Fazenda e uma comissão da PEC de imunidade tributária para todas as religiões, que está na Câmara dos Deputados, fechamos um acordo sobre o texto. Como eu disse desde o começo, o tratamento que o governo dá para esse tema é o tratamento tributário, no texto da PEC ficou fechado e ele estará de acordo com o que está na **reforma tributária**", disse Padilha.

O ministro também apontou que o acordo delimita a expansão da imunidade, que valerá para todas as igrejas, sem distinção, mas limita o benefício a ações, de tempo determinado, relacionadas a mobilizações, campanhas para acolhimento, campanhas nas comunidades e atividades assistenciais. Após suspensão de benefício de pastores, frente evangélica se reúne com Haddad Proposta que amplia isenção tributária a igrejas pode avançar na Câmara Cashback O acordo com as igrejas modificou dois importantes pontos em relação ao texto que circulava no Congresso. O primeiro é que a isenção não será imediata, ela funcionará por meio do cashback. Com a modalidade, defendida pelos técnicos da Fazenda, os **tributos** serão pagos e só depois reembolsados pelo governo, após a solicitação das entidades religiosas.

O relator do projeto na Câmara, deputado Fernando Máximo (União-RO), disse que o modelo será positivo pois evitará desvios e fraudes, com terceiros usando os dados cadastrais de entidades religiosas ao fazer compras.

Outro aspecto alterado na negociação é que a isenção de igrejas e templos não será estendida para empresas controladas por essas entidades. Máximo afirmou se preocupar com a alteração, mas julgou uma mudança aceitável para a aprovação da proposta. "Nós conseguimos um meio-termo, que é bom para as instituições", disse.

"Os templos não podem ter geração de renda, por exemplo, a igreja que tiver um posto de combustível, isso não vai contar. Nos dá um pouco de medo porque alguns orfanatos, alguns asilos, têm alguma coisa de manufatura, de venda de imóveis para manter o próprio orfanato, mas para ter um acordo tivemos que aceitar para ser aprovado", disse máximo

Lei complementar

O acordo para aprovação da PEC estabeleceu que uma lei complementar fará a regulamentação das isenções, onde serão definidas quais instituições terão

direito ao benefício e quais serão as regras para a solicitação dos reembolsos.

Temas polêmicos com a tributação sobre o salário de religiosos ? conhecido no meio evangélico como prebenda e no católico como cônica, que após a Receita mudar o entendimento e começar a exigir a tributação, gerou um grande mal-estar com a bancada evangélica, devem ficar para definição na elaboração da lei complementar. Padilha, questionado sobre o tema, apenas indicou que o assunto ficará para a lei complementar.

Com o acordo fechado, agora, a bancada evangélica espera que a emenda seja votada ainda esta semana na Câmara dos Deputados. Crivella chegou a dizer que a medida deveria ser promulgada antes da Semana Santa.

"Temos agora um governo que entende isso, que está investindo em algo que é fundamental, que é a fé do povo" Marcelo Crivella, bispo e deputado federal pelo Republicanos

Governo diz ter acordo com evangélicos

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou nesta terça-feira (19) que o governo Lula (PT) fechou um acordo com os representantes evangélicos para votar a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que aumenta a isenção tributária das igrejas.

Padilha, no entanto, evitou se comprometer sobre a remuneração dos pastores e afirmou que a proposta vai tratar de algumas linhas mais genéricas, mas que um novo projeto de lei complementar vai estabelecer as regras mais específicas do tema.

Nesta terça, o relator da PEC, Fernando Máximo (União Brasil-RO), teve uma reunião no Ministério da Fazenda com o secretário-executivo da pasta, Dario Durigan. A princípio, o acordo era para que a proposta fosse votada no mesmo dia.

No entanto, o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), sinalizou que isso não aconteceria. Horas mais tarde, Padilha e o ministro Fernando Haddad (Fazenda) se reuniram com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para tratar da pauta de votações do Senado, inclusive da proposta relacionada com as igrejas.

"Como eu disse desde o começo, o tratamento que o governo daria para esse tema era um tratamento tributário. Na medida que o texto da PEC ficasse de acordo com o que está na **reforma tributária**, o governo poderia ter acordo sobre isso.

Então, fechamos um texto que delimita claramente essa imunidade tributária a ações assistenciais, a campanhas de arrecadação temporárias, com prazo determinado, para todas as religiões", afirmou o ministro.

O texto prevê isenção de **impostos** para entidades de qualquer religião e de suas organizações assistenciais e beneficentes, tais como creches, asilos, orfanatos, comunidades terapêuticas, monastérios, seminários e conventos.

A proposta havia sido aprovada no fim de fevereiro por uma comissão da Câmara dos Deputados. Segundo o acordo firmado nesta manhã, as igrejas e suas entidades vão seguir arcando com os **tributos**, mas terão os valores devolvidos, num sistema de cashback.

Padilha foi questionado mais de cinco vezes por

jornalistas se a remuneração dos pastores estaria isenta. O ministro se recusou a responder de maneira clara e direta, ou mesmo a citar a palavra "pastores".

Apenas sinalizou que a discussão ficaria para um segundo momento.

"Está restrito àquilo que são campanhas assistenciais, campanhas de acolhimento, de funcionamento das atividades de acolhimento, das atividades desses templos de todas as religiões.

Campanhas são feitas por tempo determinado. Depois vai ter uma lei complementar que regulamenta, detalha essas questões, sempre de acordo também com o Conselho Nacional de Política Fazendária", disse o ministro.

ISRAEL O acordo acontece em meio à queda na popularidade do governo Lula. Um dos pontos de desgaste envolve o público evangélico e a fala do presidente comparando as ações de Israel na Faixa de Gaza às de Hitler.

Nesta segunda-feira (18), durante reunião ministerial. Lula disse que o Deus do Advogado-Geral da União, Jorge Messias, que é evangélico, não é o mesmo do pastor Silas Malafaia, aliado de Jair Bolsonaro (PL), e culpou as fake news pela dificuldade de aproximação com este segmento do eleitorado.

O petista falava sobre as cobranças para melhorar a relação com os evangélicos quando deu a declaração. Lula disse, segundo relatos de participantes, que é pressionado a se reunir mais com evangélicos e que está disposto a fazer isso o máximo possível. Mas essa aproximação, na visão do petista, não resolve o problema.

O entrave nesse caso, para o presidente, é o uso político da religião por seus adversários e também a disseminação de fake news. O mandatário também comentou, segundo pessoas presentes, que não adianta falar apenas com os líderes religiosos. Segundo ele, é preciso acessar a base dos fiéis. Ao fazer esse diagnóstico, Lula disse a Messias ter certeza que o Deus do ministro não é o mesmo do de Malafaia. (Folhapress)

Site: <https://opopular.com.br/digital/20-marco-2024/1o-caderno>

Os prós e contras da isenção tributária a igrejas

Governo chega a acordo com evangélicos sobre a PEC das igrejas. Defensores afirmam que proposta aumenta recursos para trabalhos sociais. Já críticos veem abertura para atividades ilegais. O consenso entre Ministério da Fazenda e legisladores em torno da emenda constitucional que deve ampliar a isenção tributária de igrejas e templos de todas as religiões, prevista para ser votada em dois turnos no plenário da Câmara na próxima semana, é visto como um aceno do governo a bancadas religiosas no Congresso. Para especialistas ouvidos pela DW, pode ainda ser considerado uma demonstração de força desses grupos no parlamento brasileiro.

Nesta terça-feira (19/03), líderes do governo se reuniram com evangélicos para fechar o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 5/23, que ficou conhecida com PEC das igrejas. A proposta aumenta o número de itens que podem ser adquiridos por entidades religiosas sem pagamento de **impostos**, e foi justificado pelos serviços prestados por estas instituições.

Na prática, a PEC proíbe a cobrança de **tributos** sobre bens ou serviços necessários à formação do patrimônio, à geração de renda e à prestação de serviços de todas as religiões. Como resultado, materiais de construção utilizados em imóveis das entidades e equipamentos de som poderão ser isentos de **tributos**, por exemplo. A estimativa é de que a medida represente uma renúncia fiscal de até R\$ 1 bilhão por ano.

O deputado Fernando Máximo, relator do projeto, afirmou que o aumento dos recursos disponíveis pelas igrejas com o não-pagamento de **impostos** vai possibilitar uma maior prestação de serviços à comunidade. Igrejas estão tirando pessoas do crime, tirando pessoas das drogas, do álcool, da depressão e do suicídio, estão trazendo paz para o nosso país, ressaltou.

Críticos do projeto, porém, argumentam que as renúncias podem impulsionar ainda mais o uso de igrejas como fachadas para o exercício de outras atividades.

A advogada especializada em Direito Tributário Maria Carolina Gontijo aponta que as isenções para igrejas são antigas, vindo de constituições anteriores no

Brasil. O argumento é o de que as entidades sobrevivem apenas de doações, e que as verbas recolhidas são usadas apenas para manutenção, sem que haja nenhuma atividade comercial, afirma.

Os apoiadores da medida afirmam que se trata de uma questão missionária, e que o valor da renúncia é irrisório, afirma Marco Antônio Teixeira, cientista político e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Por outro lado, ele aponta que parlamentares contra a medida questionam o projeto afirmando que se trata de mais um privilégio para as igrejas.

Atualmente, não há grande divisão no tema, e tampouco grandes debates, já que o governo se juntou à bancada religiosa, deixando os opositores do projeto isolados. Na avaliação de Teixeira, houve um aceno aos evangélicos por parte governista, lembrando que este grupo nos últimos anos esteve em grande parte apoiando o ex-presidente Jair Bolsonaro. O governo sabe que precisa deste grupo para aprovar seus projetos, afirma.

São bancadas de interesses além dos partidários, e que costumam ter influência em qualquer governo, avalia. No caso do grupo religioso, Teixeira destaca que há apoio além dos parlamentares evangélicos, com representantes de interesses católicos também apoiando as votações em casos de convergências de interesses.

Em 2023, estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelou um grande crescimento dos estabelecimentos religiosos no Brasil neste século, especialmente evangélicos. Em 1998, o número total no país era de 48.927, enquanto este valor chegou a 124.529 instituições em 2021. Entre os estabelecimentos existentes em 2021, 52% eram evangélicos pentecostais ou neopentecostais, seguidos por 19% evangélicos tradicionais e 11% de católicos.

Desvios de finalidade

Com a medida, vieram também as críticas de que as renúncias pudessem ser utilizadas com outras finalidades. Quanto mais isenções existem, é mais difícil controlar o que realmente é receita para atividade religiosa ou não, avalia Gontijo. A medida abre espaço para o uso das igrejas para importações e

também a contratação de serviços, sem que necessariamente haja uma fiscalização efetiva para que as atividades fins das entidades estejam sendo exercidas.

Na interpretação da tributarista, com a aprovação do projeto, pode ainda haver abertura para que haja uma formação de patrimônio com isenção do pagamento de **impostos** sem que necessariamente haja a aplicação para a finalidade social para a qual a entidade foi criada.

Um tema que preocupa autoridades é o uso das entidades religiosas para a lavagem de dinheiro. É muito difícil conter a lavagem de dinheiro se não há controle da origem das receitas. As ampliações recentes abrem as igrejas para mais atividades, o que pode incluir ações ilegais, destaca Gontijo. A advogada lembra a possibilidade de doações que podem ter origem em dinheiro ilícito, mas o que não é fácil de fiscalizar uma vez que se torna receita das instituições.

Em 2023, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) deflagrou a Operação Mamon, que identificou uma rede de lavagem de capitais ilícitos oriundos de várias modalidades criminosas com a utilização de empresas fantasmas, dentre elas uma rádio e uma igreja evangélica. Conforme as investigações, a rede movimentou mais de R\$ 6 bilhões.

Também no ano passado, o Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) apontou que um integrante do alto escalão do Primeiro Comando da Capital (PCC) abriu sete igrejas visando lavagem de dinheiro.

Não é nenhuma jabuticaba

Gontijo lembra que as isenções existem em todo o mundo, e que os regimes na América Latina são bem semelhantes ao brasileiro. O que se aplica aqui não é nenhuma jabuticaba, afirma.

A avaliação vale tanto para as renúncias fiscais quanto para os desvios de finalidade. Em 2020, uma investigação jornalística transnacional nas Américas chamada Paraísos de dinheiro e fé encontrou irregularidades em nove países, sendo que todos isentam entidades religiosas de **impostos**.

Em alguns casos na região, há apoios além da isenção tributária. Argentina e Peru são dois exemplos de transferências diretas à Igreja Católica. No primeiro caso, uma lei aprovada em 1983 determinou que o governo apoiasse o clero diocesano.

Como resultado, bispos recebiam do Estado o equivalente a 80% da remuneração de um juiz

nacional de primeira instância - os bispos auxiliares e o secretário-geral do Episcopado, 70%. A medida esteve em vigor até o começo de 2024. O caso peruano é semelhante, ainda que em menor número de clérigos, o que foi alvo de críticas nos últimos anos devido a uma possível discriminação de outras crenças.

Em uma rara exceção, em 2022, o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, chegou a incluir um artigo que pretendia que as igrejas pagassem um imposto de renda de 20% quando realizassem atividades que não estivessem relacionadas com o seu culto. Porém, a medida foi excluída durante a tramitação de seu projeto de **reforma tributária**.

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/os-pros-e-contras-da-isencao-tributaria-a-igrejas,79d0166955a55b9a468cf57049eb39e4qg2xmqv9.htm>

Regulamentar reforma 'depende de Haddad'

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse ontem que a regulamentação da **reforma tributária** "só depende dele", referindo-se ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Questionado por jornalistas se seria possível aprová-la ainda em 2024, Lira respondeu que aguarda um calendário da Fazenda sobre quando a proposta será enviada. "Ele (Haddad) tem que mandar regulamentação, ninguém tem um relator antes do texto", enfatizou Lira, rejeitando a hipótese de estabelecer um relator para intermediar as conversas sobre a proposta desde já. Lira assinalou, ainda, que os projetos de regulamentação do texto terão mais de um relator. Também reforçou o pedido de reunião com Haddad para discutir o calendário da regulamentação da reforma. Haddad, por sua vez, acredita que é melhor encaminhar uma proposta "melhor formatada" em vez de enviar um texto considerado "ruim" e que possa atrapalhar o trâmite nas Casas Legislativas.

Neste caso, o ministro se referia também a mudanças na renda.

"Não adianta mandar uma coisa que não foi conversada antes, chega ruim no Congresso.

No passado recente, vários projetos ruins foram encaminhados, uma casa aprova, outra não aprova, vai para a gaveta de alguém, vira um Frankenstein e não vale a pena", afirmou Haddad a jornalistas.

Lira especificou que as conversas com Haddad têm objetivo de discutir o calendário da regulamentação.

"Mérito e forma ainda vamos discutir (depois)", enfatizou o parlamentar. O presidente da Câmara defendeu que a regulamentação reforma da tributária "não pode naufragar por falta de calendário". De acordo com ele, se o governo deixar a proposta para depois de 2024 "fica complicado". Mais cedo Haddad havia observado que a regulamentação da **reforma tributária** precisa ser aprovada pelo Congresso até o ano que vem, e afirmou acreditar que haja tempo para votação na Câmara ainda este ano. "Se a regulamentação da tributária for agora em abril para o Congresso e tivermos um bom relator designado, eu penso que é possível chegar após as eleições municipais com um entendimento" disse.

Haddad prevê que durante as eleições não haverá tempo para audiências públicas, mas será possível adiantar alguns pontos.

"Isso vai depender muito da habilidade do relator e acredito que, na Câmara, pelo menos, haja tempo para votar", concluiu.

PASSO A PASSO

As primeiras conversas sobre a **reforma tributária** têm objetivo de discutir o calendário da regulamentação.

Mérito e forma das mudanças deverão ser debatidos depois do calendário.

O Ministério da Fazenda calcula que a regulamentação da **reforma tributária** precisa ser aprovada pelo Congresso até o ano que vem.

Se a regulamentação ocorrer até o mês de abril no Congresso e se houver "um bom relator" designado, seria possível chegar às eleições municipais "com um entendimento", de acordo com o governo.

Durante o período de eleições municipais, no final deste ano, é previsto que não haverá tempo para audiências públicas sobre o tema.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?numero=163223&edicao=11023>

Lira cobra de Haddad cronograma

Fábio Pupo, Nathalia Garcia e Ana Pompeu

Brasília - O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), cobrou do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, um cronograma para a regulamentação da **reforma tributária**. De acordo com ele, o calendário eleitoral dificulta o avanço dos trabalhos. Mesmo assim, ele defendeu que o tema não caia no que chamou de "vácuo da regulamentação".

"Eu liguei ao ministro Haddad pedindo uma conversa para hoje [terça] para que acertássemos definitivamente o envio de lei complementar para regulamentação da reforma", afirmou Lira durante evento sobre transição energética, organizado pela Esfera Brasil e MBCBrasil.

"É uma preocupação que nós temos, a luta não pode ter sido em vão. Se demormos a fazer [a regulamentação], ela pode entrar num ciclo de dificuldades, e podemos ficar mais uma vez num vácuo de regulamentação", continuou.

A declaração foi dada depois de o ministro decidir que não vai respeitar o prazo de 90 dias previsto na emenda constitucional da **reforma tributária** para o envio de projeto para alterar as regras de cobrança de Imposto de Renda. A data-limite era ontem.

Conforme mostrou a Folha de S.Paulo, o governo quer direcionar as energias para a regulamentação das mudanças sobre a tributação do consumo.

A proposta do governo, nesse caso, deve ser enviada até meados de junho.

Lira disse também que pretende que o tema seja tratado pelo Congresso ainda no primeiro semestre, para que a discussão não seja atropelada pelas eleições municipais. "Eu penso que a gente tem que resolver isso no primeiro semestre.

É factível. [...] A gente precisa de tempo, não pode ser no afogadilho, mas penso que não podemos passar do ano de 2024. No ano de 2024, teremos eleições que mexerão nos interesses de todos", disse.

Para o presidente da Câmara, a conversa com o ministro da Fazenda será determinante para o avanço da pauta. "Não é justo com o País e com todo mundo que sabe que ela vai causar os efeitos, o que gerou de positivo na nota [de rating] do nosso País, o que gerou de satisfatório na expectativa de investimentos

externos não pode naufragar por falta de calendário para esse ano", afirmou.

Proposta mais alinhada - Mais cedo, no mesmo evento, Haddad afirmou preferir atrasar o envio do projeto envolvendo a reforma dos **tributos** sobre a renda do que mandar "um projeto ruim". "Entendemos que podemos mandar [as propostas da reforma do IR] à medida que os textos vão sendo formatados e dialogados com a sociedade. Não adianta mandar uma coisa que não foi conversada antes, chega ruim no Congresso, em vez de ajudar o País a encontrar um caminho, atrapalha com um projeto ruim", disse.

"No passado recente vários projetos ruins foram encaminhados, uma Casa aprova e a outra não aprova [em referência à Câmara dos Deputados e ao Senado], vira um Frankenstein, não vale a pena", acrescentou.

Segundo Haddad, o secretário extraordinário da **reforma tributária**, Bernard Appy, tem sido "muito técnico" e "muito cauteloso" nas propostas. "Tenho certeza que o Congresso vai preferir receber algumas semanas depois um projeto bom do que receber uma coisa que ele vai ter que aparar depois", afirmou.

Como a emenda constitucional não fixou uma punição para o descumprimento, a equipe econômica optou em assumir o ônus de não enviar o projeto completo ao Congresso.

Sobre a remodelagem do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), Lira disse ainda desconhecer a proposta do Ministério da Fazenda. O presidente da Câmara afirmou que o líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE), não apresentou o texto durante uma reunião em que tiveram na véspera para tratar de outro tema.

"Particpei só da reunião que houve com o ministro Haddad e com os líderes, onde várias sugestões foram apresentadas, e o governo ficou de elaborar texto. Por dificuldades, penso que orçamentárias, esse texto terá que ser repercutido através de um parlamentar. Mas não tenho a ideia do texto, do mérito", disse.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, a Fazenda recuou da decisão de extinguir o Perse e prevê um programa "mais focado". A ideia é fazer uma "escada" para a redução gradual do benefício tributário, chegando a zero em 2027.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já afirmou preferir atrasar o envio do projeto envolvendo a reforma dos **tributos** sobre a renda do que mandar "um projeto ruim" ao Congresso

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-20-03-2024/>

Metas para o imposto seletivo

O grupo de trabalho (GT) paralelo do Congresso que discute a regulamentação do imposto seletivo na **reforma tributária** apresentou, nesta segunda-feira (18), uma proposta que prevê metas para a aplicação do tributo, que tem o objetivo de taxar bens ou serviços nocivos ao meio ambiente e à saúde. Os GTs que discutem as leis complementares da reforma, de forma independente do Ministério da Fazenda, foram criados a partir da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), que se uniu a outros grupos do Legislativo para se antecipar ao governo na discussão da tributária.

Durante um jantar na sede da FPE, em Brasília, os deputados apresentaram uma alternativa de projeto que trata do imposto seletivo. Esse texto determina que as possíveis incidências desse tributo serão estabelecidas em lei complementar específica, que deverá indicar o fato gerador da cobrança do imposto, o local da operação ou prestação de serviço, a base de cálculo, as regras de alíquotas, além da apuração, lançamento, recolhimento, creditamento e restituição do imposto.

Essas leis complementares específicas, de acordo com o projeto das frentes parlamentares, deverão prever metas programáticas e objetivos para a incidência do imposto seletivo. Na prática, o governo precisará mostrar os resultados benéficos para a saúde e o meio ambiente com a taxa de determinado bem ou serviço. O Executivo deverá criar programas de mitigação dos impactos nocivos dessas atividades, com recursos do próprio Orçamento da União.

Se essas metas não forem alcançadas, a incidência do imposto seletivo poderá ser suspensa até nova reavaliação e estabelecimento de novos objetivos.

A proposta também prevê incentivos, como isenção, compensação ou redução do tributo, aos contribuintes que promoverem ações e programas de prevenção, mitigação e conscientização relacionados ao consumo saudável ou sustentável dos bens e serviços tributados. Esses benefícios também serão dados para contribuintes que façam investimentos que resultem em cadeia de produtos e serviços mais sustentáveis.

O projeto proposto pelo Congresso ressalta que a incidência do imposto seletivo será monofásica, em apenas uma etapa da cadeia produtiva, para evitar a cumulatividade da cobrança.

Além disso, veda o imposto seletivo na exportação de bens e serviços, nas operações de energia elétrica e com telecomunicações e nas operações com produtos e serviços vinculados à transição energética e à redução da emissão de carbono.

"A inclusão de toda e qualquer atividade, como, por exemplo, a extrativista, que engloba a mineração de vários metais estratégicos, fertilizantes e até mesmo da água mineral, pode gerar distorções se não houver uma legislação especificada e amparada de acordo com o cenário de cada setor, produto e atividade", diz o texto.

Site: <https://diariodigital.verdesmares.com.br/assinante>

Mudanças no IR serão enviadas após o prazo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que os textos da reforma do Imposto de Renda (IR) poderão ser enviados ao Congresso assim que houver consenso. Ontem (19), após a declaração, o ministro foi questionado por jornalistas se não seria ruim deixar de enviar uma parte nos próximos 90 dias.

"Entendemos que não. Podemos mandar à medida que os textos vão sendo dialogados com a sociedade", disse.

Para Haddad, de nada adianta enviar ao Legislativo sem que projeto seja discutido antes com a sociedade.

"Chega ruim no Congresso.

Em vez de ajudar o País, atrapalha.

Vira um Frankenstein, não vale a pena, argumentou. O ministro falou com jornalistas ao deixar seminário "Descarbonização: Rumo à Mobilidade de Baixo Carbono no Brasil", realizado pelo Esfera Brasil e MCBBrasil, em Brasília.

Haddad voltou a elogiar o secretário Bernard Appy, dizendo que o profissional tem sido muito técnico e cauteloso nas propostas.

"Ele expõe para a equipe, depois expõe na Casa Civil para o presidente. Tenho certeza que o Congresso vai preferir receber, algumas semanas depois, um projeto bom, do que receber uma coisa que ele vai ter que arrumar depois." Regulamentação Sobre a regulamentação da **reforma tributária**, o ministro da Fazenda disse que ela precisa ser aprovada pelo Congresso até o ano que vem. Haddad acredita que ainda há tempo para uma votação na Câmara ainda neste ano.

"Se a regulamentação da tributária for agora em abril para o Congresso e tivermos um bom relator designado, eu penso que é possível chegar após as eleições (municipais) com um entendimento", disse a jornalistas.

De acordo com Haddad, durante as eleições, não haverá tempo para fazer audiências públicas, mas será possível adiantar alguns pontos. "Isso vai depender muito da habilidade do relator e acredito que, na Câmara, pelo menos, haja tempo para votar".

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/ulyg/#p=1>

Haddad fala em equilíbrio fiscal a médio prazo

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou que o novo arcabouço fiscal coloca o Brasil em uma trajetória de equilíbrio fiscal no médio prazo e que "ninguém faz mágica" nesse processo de reestruturação das contas públicas.

"Estamos diante de um novo marco fiscal que, a julgar pela análise dos principais organismos internacionais, inclusive as agências de risco, colocam esse país numa trajetória de equilíbrio no médio prazo, porque ninguém também faz mágica de colocar o país numa trajetória de equilíbrio, depois de tudo que nós vivemos nos últimos anos", afirmou Haddad.

O titular da Fazenda disse que a equipe econômica trabalha para antecipar resultados previstos na **reforma tributária**, ressaltando que não é possível aguardar até 2032.

A implementação do novo IVA (Imposto sobre Valor Adicional) será feita a partir de 2026, mas a migração integral ao novo modelo tributário só acontecerá em 2033.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/20-03-2024-edicao-247629/>

Haddad: reforma tributária do consumo será concluída este ano

Raphael Pati*

+

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse, nesta terça-feira, acreditar que os projetos de lei complementar da **reforma tributária** sobre consumo sejam aprovados ainda este ano, mas após as eleições municipais de outubro. Em conversa com jornalistas, o ministro apontou que os projetos, em fase de elaboração pelo Grupo de Trabalho (GT) designado para definir a proposta, devem ficar prontos em abril, mas com tempo suficiente para serem aprovados em 2024.

Ainda nesta terça, o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), cobrou celeridade do governo, para uma votação ainda no primeiro semestre. Antes, portanto, do pleito eleitoral.

Tem que aprovar até o ano que vem. Mas eu acredito que se [a proposta] for agora, em abril, para o Congresso, se nós tivermos um bom relator designado, eu penso que é possível chegarmos, após as eleições, com um entendimento , disse Haddad.

Para o chefe da Fazenda, não haverá dificuldade para votação em 2024. Eu acredito que seja possível. Obviamente que nós temos que votar tudo para 2026, aí não tem mais jeito. Mas é tempo suficiente. Eu acredito que é possível votar , frisou o ministro.

Lira, por seu turno, afirmou que a gente tem que resolver isso no 1º semestre . Segundo o político, após isso, os parlamentares estarão todos voltados para as campanhas locais. É factível, vamos para o detalhamento da reforma agora. É o que a gente chama de pente fino, é onde vai separar A de B, de C, de D, quais são as perspectivas , afirmou o parlamentar no seminário Os Caminhos para a Mobilidade de Baixo Carbono para o Brasil, do qual Haddad também participou. Após o 1º semestre, segundo o deputado, as eleições moverão os interesses de todos .

Lira comentou que a reforma terá um relator diferente para cada projeto de lei de regulamentação e que ainda não há uma definição. Haddad também não quis revelar possíveis nomes. As pessoas sabem quem entende da matéria e estão especulando se não está havendo algum entendimento para ver quem vai ser [o relator]. Mas eu acredito que se forem da qualidade da

Emenda Constitucional [132], vai ser bom , pontuou, em referência aos relatores do texto principal da **reforma tributária** - Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) na Câmara e Eduardo Braga (MDB-AM) no Senado.

Imposto sobre a renda

O ministro da Fazenda também justificou o fato de não ter enviado ao Congresso, dentro do prazo que terminou nesta terça, a proposta de reforma da tributação sobre a renda. Não adianta mandar uma coisa que não foi conversada antes. Chega ruim no Congresso e aí, em vez de ajudar o país a encontrar um caminho, atrapalha com um projeto ruim , disse Haddad.

Estagiário sob a supervisão

de Edla Lula

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2024/03/6821747-haddad-reforma-tributaria-do-consumo-sera-concluida-este-ano.html>

Haddad: BC precisa "olhar necessidades do país"

BERNARDO LIMA E ELIANE OLIVEIRA
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Na véspera do anúncio do Comitê de Política Monetária (Copom) sobre o novo patamar da Taxa Selic, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o Banco Central (BC) precisa "olhar para as necessidades do país". A declaração foi feita em seminário com empresários, no qual o ministro elencou uma série de providências que devem ser tomadas para o desenvolvimento do país. Entre estas medidas, o ministro destacou o papel do Banco Central.

- Um Banco Central que olhe para as necessidades e crescimentos do país, enquanto cumpre a sua função institucional de controlar a **inflação**, que, como já foi dito, depois de anos volta para dentro da banda da meta - disse Haddad.

A meta de **inflação** é de 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Em fevereiro, o IPCA, índice oficial de **inflação**, atingiu o acumulado de 1,25% este ano e de 4,50% em 12 meses.

Em consenso no mercado que o BC deve anunciar hoje um novo corte da taxa básica de juros, a Selic, de 11,25% para 10,75% ao ano.

Também é consenso que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) mantenha os juros dos EUA no patamar entre 5,25% e 5,5% ao ano.

PREOCUPAÇÃO COM O CORTE

O que os analistas olharão com lupa são os comunicados. No Brasil, há dúvidas se o Copom manterá a projeção de novos cortes de mesma magnitude na Selic. Nos últimos encontros, o Copom sinalizou novos cortes de 0,5 ponto percentual "nas próximas reuniões". A dúvida é se esse indicativo será mantido. Essa é a principal preocupação da Fazenda neste momento: se esse indicativo de corte de juros permanecerá.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e demais integrantes do governo vêm criticando, de forma recorrente, o BC e seu presidente, Roberto Campos Neto, por conta do patamar de juros. O governo vê

isso como um entrave para o crescimento.

Em entrevista no início deste mês, Lula disse que, quando Campos Neto deixar o BC, ele terá de "medir o que fez para este país".

O Copom é formado por nove diretores do BC, quatro dos quais já indicados pelo presidente Lula.

Desde agosto do ano passado, foram cinco cortes consecutivos de 0,5 ponto. Em todas as ocasiões, o **comunicado** indicou que o Copom repetiria a dose "nas próximas reuniões", ou seja, que o ritmo de redução se manteria ao menos nos dois encontros seguintes. Se não houver alteração, o BC sinaliza que deve, ao menos até junho, manter o ritmo de cortes adotado até agora.

"SERIA BOM MUDAR"

Luís Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners, avalia que há incertezas nos cenários doméstico e externo. Ele lembra que houve dados positivos em janeiro, como a criação de 180 mil empregos com carteira assinada e a expansão das vendas no varejo, na indústria automobilística e em serviços - resultados que podem alimentar a **inflação**.

- Seria bom para o Banco Central se o Copom retirasse o plural dos comunicados das próximas reuniões, para ganhar grau de liberdade. E até junho, se a situação estiver melhor para uma nova queda de 0,5 ou até 1 ponto, tudo bem - afirmou Leal.

A questão é que, este ano, o cenário mudou. De acordo com a pesquisa semanal Focus feita junto ao mercado, divulgada ontem pelo BC, a projeção para a **inflação** subiu de 3,77% para 3,79% em 2024 e de 3,41% para 3,52% em 2025. Para o **PIB**, a previsão de crescimento este ano subiu de 1,78% para 1,79%.

Marcelo Fonseca, economista-chefe da REAG Investimentos, avalia que o Copom deve sinalizar um corte de 0,5 ponto "apenas na reunião seguinte: - Acredito que o BC deverá desacelerar o ritmo de cortes na reunião de julho.

Já Paula Magalhães, economista-chefe da AC Pastore Consultores, avalia que será mantida a linguagem de quedas da mesma magnitude (0,5 ponto) nas

próximas reuniões, mesmo com os dados econômicos surpreendendo para cima. Mas isso, para ela, não seria o ideal: -Na nossa visão, o crescimento deve vir acima do **PIB** potencial neste ano, e seria bom o Copom mudar a linguagem para sinalizar só mais uma queda de 0,5 ponto depois de quarta-feira, para observar os dados, pois acreditamos que essa atividade aquecida pode pressionar a **inflação** de serviços - afirmou Paula.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Exportações para Argentina recuam 28,7% no 1º bimestre

Marsílea Gombata e Marta Watanabe De São Paulo

Com a queda na demanda interna da Argentina, as exportações do Brasil para o país vizinho estão em forte baixa neste ano. No primeiro bimestre de 2024, o volume total embarcado para a Argentina ficou em US\$ 1,71 bilhão, 28,7% abaixo dos US\$ 237 bilhões do mesmo período do ano passado. Os dados são do Indicador de Comércio Exterior (Icomex), do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), e da Secretaria de Comércio Exterior (Secex/Mdic).

Economistas atribuem a queda principalmente aos efeitos do choque de preços que vem sendo feito pelo presidente Javier Milei, prevendo que a baixa demanda por bens brasileiros comece a se recuperar somente no fim do ano. Está em curso uma reacomodação da economia argentina, com recuo da demanda e uma inflação ainda elevada, o que leva a um menor consumo e a menos importações. Além disso, a economia argentina já vinha perdendo força antes de Milei assumir o governo, em 10 de dezembro de 2023.

No primeiro bimestre as importações brasileiras com origem na Argentina também caíram, de US\$ 1,77 bilhão no primeiro bimestre de 2023 para US\$ 1,51 bilhão neste ano. O saldo comercial para o Brasil também recuou nesse período - de US\$ 604 milhões em 2023 para US\$ 192 milhões em 2024.

Dezembro e janeiro foram atípicos para o comércio bilateral, com superávit comercial para a Argentina por dois meses consecutivos. Mas o saldo positivo não é boa notícia para a Argentina, que tem comprado menos do exterior, e muito menos para o Brasil.

A balança de dezembro mostra que a economia argentina já vinha fraca antes de Milei assumir o governo. Em novembro de 2023, a atividade econômica medida pelo Emae, indicador do Instituto Nacional de Estatísticas e Censos da Argentina (Indec), caiu 1,4% ante outubro, com ajuste sazonal.

Em fevereiro o saldo da balança bilateral voltou a ser superavitário para o Brasil e compensou o déficit de janeiro, com saldo positivo no acumulado do primeiro bimestre. Alguns dados mostram, porém, deterioração na relação comercial.

Segundo o Icomex, a queda do valor exportado aos argentinos nos dois primeiros meses do ano foi comandada por redução de quantidade. A queda foi puxada por bens intermediários (insumos e matérias-primas), que recuaram 34,2% contra iguais meses de 2023. Bens de consumo duráveis, categoria na qual entram veículos, encolheram 20,8%. Já os preços médios do total exportado subiu 2,2%. Nas importações brasileiras de produtos argentinos, houve redução média de preços de 5,1 %, mas as quantidades caíram mais, em 9,7%.

"A Argentina passa por reacomodação de sua macroeconomia. Começamos um processo de mudança em que há queda de demanda, processo inflacionário persistente, mas que decresce, e queda do consumo, o que se traduz em menos importações", afirma Fernando Furei, gerente geral da Câmara de Importadores da República Argentina (Cira). "Esse é um processo que vai durar de seis meses a um ano e terá reflexos em todos os tipos de importação que a Argentina faz."

A Cira prevê que as importações feitas pela Argentina passem de US\$ 81,5 bilhões em 2022 para US\$ 73,7 bilhões em 2023 e US\$ 66,8 bilhões neste ano. O governo argentino eliminou neste ano restrições administrativas às importações, incluindo cotas e proibições parciais, mas manteve alguns impostos específicos a compras e vendas da Argentina para o exterior, mostra relatório recente da Cira.

O documento afirma que, enquanto as exportações argentinas tendem a crescer rapidamente neste ano com a recuperação da safra de soja, as importações terão recuperação gradual, após mudança, em dezembro, do sistema de licenças prévias para importação, além da regularização da taxa de câmbio. "O comércio iniciou um caminho de desregulação e facilitação que permite às empresas terem maior previsibilidade e serem mais eficiente em custos. Mas é um processo longo de simplificação dos trâmites e eliminação das normas não escritas", diz. Furei frisa a importância de se importar a custos razoáveis, uma vez que 80% do que a Argentina compra de outros países vai para indústria e produção, e não para o consumidor final.

Dados do Indec da Argentina mostram que produção

industrial vem caindo, em meio à contração da demanda. Em janeiro, o índice de produção industrial manufatureiro (IPI) caiu 12,4%, ante janeiro de 2023. Destacam-se a queda de 33,5% em máquinas e equipamentos e de 12,4% em veículos automotores, carrocerias e autopeças. A redução de produção foi generalizada em janeiro, atingindo 14 das 16 atividades industriais acompanhadas pelo Indec.

O cenário de encolhimento da economia argentina atual está levando bancos a rebaixar projeções para demanda doméstica da Argentina, observa Bráulio Borges, pesquisador do FGV Ibre e consultor da LCA. O comportamento da demanda doméstica, mais que o do **PIB** como um todo, reflete o quanto se espera que os argentinos irão consumir e investir dentro do país e o quanto importarão em bens brasileiros, diz Borges.

Os dados dos componentes do **PIB** da Argentina em 2023 ainda não foram divulgados, mas a consultoria FocusEconomics estima que o consumo privado tenha crescido 0,9% no ano passado e recue 4,8% neste ano. O investimento, medido pela formação bruta de capital fixo (FBCF), pode ter encolhido 1,2% no ano passado, e cair mais 5,7% em 2024.

"Existe uma situação cronicamente ruim há cerca de 20 anos na Argentina, mas os dados de consenso e os indicadores conjunturais que começamos a ver mostram uma piora muito grande nas leituras mensais. Isso é relevante no que diz respeito ao impacto sobre a nossa economia", diz Borges.

A Pesquisa de Expectativas de Mercado do Banco Central da Argentina (REM, na sigla em espanhol), equivalente ao boletim Focus do BC brasileiro, projeta queda de 1,4% do **PIB** para 2023 e contração de 3,5% neste ano.

Os dados foram divulgados em março e dizem respeito a medianas de projeções de mercado feitas em fevereiro, que vêm caindo.

As importações, por exemplo, devem diminuir para US\$ 66,8 bilhões neste ano, US\$ 90 milhões a menos do que na consulta do mês anterior.

José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), diz que sua estimativa preliminar é de queda neste ano de 35% nas exportações brasileiras para a Argentina, o que reduziria o embarque em 2024 para US\$ 11 bilhões.

Também é projetada queda de 13% nas importações, para US\$ 10,5 bilhões. O superávit brasileiro nas relações bilaterais, de US\$ 4,7 bilhões no ano passado, deve cair para US\$ 500 milhões neste ano.

A estimativa de queda nos embarques deste ano é explicada em boa parte pela base de comparação de 2023, quando o Brasil vendeu soja à Argentina, por causa da quebra de safra no país vizinho. Segundo a Secex, a soja foi o produto brasileiro mais embarcado à Argentina em 2023, alcançando US\$ 2 bilhões, pouco acima dos US\$ 1,93 bilhão em partes e acessórios de veículos. Os automóveis ficaram em US\$ 1,4 bilhão. Sem a soja, as vendas do Brasil aos argentinos em 2023 somaram US\$ 14,68 bilhões, 3,2% a menos que em 2022. Os dados do primeiro bimestre já mostram parte do efeito soja. Os embarques do grão ao país vizinho caíram de US\$ 124,6 milhões no primeiro bimestre de 2023 para US\$ 4,23 milhões em iguais meses deste ano.

A exportação de soja e energia elétrica fez o Brasil voltar a ser o primeiro fornecedor externo da Argentina em 2023, posição que havia perdido em 2021 para a China, segundo dados do Indec. Neste ano, porém, diz Castro, não haverá frustração na safra de grãos argentina e a demanda do país vizinho por bens manufaturados brasileiros deve cair.

"As importações estão caindo e cairão porque as políticas econômicas do governo Milei têm levado à retração da atividade", afirma Natacha Izquierdo, economista da consultoria Abeceb, em Buenos Aires. Para ela, os dados do primeiro bimestre marcam tendência de menos importações nos próximos meses. Com menos importações, a Argentina deve ter superávit comercial ou, ao menos, um déficit bem menor do que o habitual.

Em meio à contração da demanda doméstica, a Abeceb prevê consumo das famílias 30% menor neste ano na Argentina, embalado por queda real (descontada a **inflação**) entre 6% e 8% do salário. "Com isso, teremos queda do **PIB** de 4,7% neste ano. A desaceleração só não será maior graças ao setor agropecuário e à agroindústria. Sem isso, teríamos contração de 7% da economia argentina neste ano." Izquierdo espera que, depois de um primeiro semestre caindo, a atividade comece a se recuperar na segunda metade do ano, especialmente no último trimestre. Para 2025, ela projeta alta do **PIB** entre 5% e 5,5%, em parte pelo efeito rebote em relação a 2024.

"O ajuste de preços relativos na Argentina tem levado a forte desaceleração da demanda, e o país está empobrecendo. Os intercâmbios comerciais, então, vão diminuir", diz Livio Ribeiro, economista da BRCG e pesquisador do FGV Ibre, ao estimar queda das importações diante da fraca demanda, e certa blindagem das exportações argentinas. Para Ribeiro, com o ajuste em curso, a economia argentina encolhe e o país adquire o tamanho que, de fato, vinha tendo. "Agora é o momento em que o barco bateu no iceberg.

Na verdade, o iceberg já estava dentro do barco, mas ninguém havia se dado conta", diz. "O que sairá disso é uma economia mais fraca, depois de choque de curto prazo brutal. É uma terapia de choque, que está esturrando o paciente. É difícil entender se essa é a estratégia mais adequada e se no fim das contas o paciente estará vivo ou não."

"Argentina passa por reacomodação de sua macroeconomia" Fernando Furei

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187819?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187819?page=1§ion=1)**

Governo quer emenda parlamentar para investir

Jéssica Sant"Ana e Guilherme Pimenta

O governo quer que até metade do valor destinado às emendas parlamentares no Orçamento sirva para cumprimento do piso obrigatório de investimentos, criado pelo novo arcabouço fiscal. A previsão deve ser incluída no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, a ser enviado em 15 de abril ao Congresso, apurou o Valor. A ideia já consta no texto-base que vem sendo trabalhado pela pasta.

O trecho incluído prevê que "no máximo a metade dos valores destinados às reservas previstas no § 5- (emendas individuais e de bancada) poderá ser considerada para fins de cumprimento do art. 10 (piso de investimento) da Lei Complementar nº 200, de 2023 (novo arcabouço), quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2025".

É uma novidade em relação ao Orçamento deste ano, que também trouxe um piso para investimentos, mas sem destinar parte do valor das emendas.

Segundo um técnico do governo, a proposta se assemelha a um dispositivo que já existe na LDO sobre o piso saúde, em que até a metade do valor das emendas pode ser considerada para atendimento do mínimo constitucional dessa área. Pela Constituição, os parlamentares têm a obrigação de destinar metade da verba de suas emendas individuais para a saúde.

No caso do piso de investimentos, a argumentação do governo é que as emendas parlamentares são destinadas para financiar obras e projetos públicos, por isso a sugestão de incluir no PLDO o aproveitamento de parte do valor para cumprimento do piso.

A medida abrirá espaço para que o governo possa, na Lei Orçamentária Anual (LOA), prever mais recursos para outras despesas discricionárias.

"Entendo que a medida pode ajudar o governo a cumprir a regra de fixar, no Orçamento, - o que é diferente de gastar - o mínimo de investimentos. É um paliativo encontrado, provavelmente, para lidar com o espaço cada vez mais exíguo para as despesas discricionárias, diante do percentual de rigidez orçamentária e, vale dizer, do aumento do bolo de emendas parlamentares", afirma Felipe Salto,

economista-chefe da Warren Investimentos e ex-secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento das contas públicas ligado ao Senado, avalia que a medida auxiliará na previsibilidade da alocação dos recursos do Orçamento. "É uma forma de abrir espaço no Orçamento com a sobreposição da obrigatoriedade de algumas despesas, como são os casos do piso de saúde e das emendas impositivas", explica.

O total a ser reservado para investimento em 2025 vai depender do valor do **PIB** que constar na peça orçamentária, já que o arcabouço fiscal prevê que o piso não pode ser inferior a 0,6% do **PIB**. A Warren prevê **PIB** nominal de R\$ 12,238 trilhões, o que daria um mínimo de investimento de R\$ 73,4 bilhões. O valor exato só será definido no envio da LOA.

Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco In ter, aponta que "um dos problemas é que os gastos com emendas parlamentares não seguem necessariamente o planejamento que se precisa ter para investimentos, que são gastos plurianuais com foco no longo prazo, enquanto emendas são dispersas e focam nos benefícios eleitorais de mais curto prazo".

"A capacidade de investimento público segue sendo limitada tanto pelo espaço no Orçamento como pela falta de gestão", analisou. Ela avalia que vincular emendas ao piso de investimento reduz o peso político para o Executivo contingenciar.

Procurado, o Ministério do Planejamento e Orçamento disse que não vai comentar.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187819?page=1§ion=1>

Economia cresce mais que esperado, aponta FGV

Alessandra Saraiva

A economia brasileira em janeiro mostrou saldo positivo em todas as comparações, segundo o Monitor do **PIB** da Fundação Getulio Vargas (FGV). A atividade econômica do país subiu 0,1% em janeiro ante dezembro de 2023, com aumentos de 4,1 % ante janeiro de 2023; e de 3% no trimestre finalizado no primeiro mês do ano, ante igual período do ano anterior apontou o indicador da fundação.

Para Cláudio Considera, coordenador do Núcleo de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Economia da fundação (FGV Ibre), o indicador sinaliza que, no começo do ano, a economia mostra-se melhor do que o esperado.

"Todos estavam com perspectiva pior [para a economia] neste ano, se falou até em crescimento [do **PIB**] menor que 1 %", lembrou, a citar projeção veiculada no fim do ano passado. "E agora o Focus está projetando crescimento de quase 2%", notou. Ele citou projeção do boletim Focus do Banco Central, que abrange projeções do mercado financeiro. No boletim, também veiculado ontem, a previsão para expansão do **PIB** de 2024 subiu de 1,78% para 1,80%. "Eu acho que 2024 não vai ser um desastre [para a economia] como algum esperavam", resumiu.

Uma das razões para esses resultados e perspectivas positivas, tanto no monitor quanto no Focus, continuou ele, é a continuidade de quadro favorável na demanda interna. No indicador da FGV, o consumo das famílias subiu 1,1% em janeiro ante dezembro do ano passado, maior taxa desde fevereiro de 2023 (1,6%). Na comparação com janeiro de 2023, a alta foi de 5,7%, mais forte alta desde outubro de 2022 (6,1%). No trimestre encerrado em janeiro, houve alta de 3,6% ante mesmo período no ano passado, melhor resultado o primeiro trimestre de 2023 (3,9%).

As taxas positivas não ficaram somente pelo lado da demanda, no Monitor do **PIB**. Pelo lado da oferta, outro destaque positivo do indicador da fundação foi o setor de serviços, que representa quase 70% da atividade econômica. Houve aumentos de 0,1% em janeiro ante dezembro; de 3,7% ante janeiro de 2023; e de 2,7% no trimestre encerrado em janeiro, na economia de serviços.

Os bons sinais do mercado de trabalho nos últimos meses, principalmente do mercado formal e da renda do trabalho, podem ter contribuído positivamente para consumo das famílias e em serviços.

"Todos sabem que emprego formal conta com renda maior [do que a informalidade]" lembrou Considera. Isso, na prática, ajudou a impulsionar consumo interno como um todo, bem como serviços.

Além disso, notou o especialista, a agropecuária, que impulsionou o crescimento de 2,9% na economia em 2023, continua positiva, no começo do ano. Esse setor teve aumentos de 6,8% em janeiro ante dezembro; com elevações de 2,4% na comparação com janeiro de 2023; e de 1,5% no trimestre finalizado em janeiro.

Os sinais positivos na economia delineados no Monitor do **PIB** vão ao encontro de outro contexto favorável para 2024: a realização de eleições municipais neste ano, ressaltou ainda o coordenador. "Há perspectiva de prefeitos [em busca da reeleição] com recursos fazerem obras", notou. Esse aspecto pode ser grande impulso para construção dentro do **PIB**, frisou ele. No Monitor do **PIB**, essa atividade caiu 4% em janeiro ante dezembro, embora tenha crescido 1,7% e 1,5%, respectivamente, ante janeiro de 2023 e no trimestre encerrado em janeiro.

"Acho que esses pontos apresentam boa perspectiva [para a economia] neste ano", resumiu.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187819?page=1§ion=1>

Aprovado PL que equaliza taxa de juros em contratos privados

Raphael Di Cunto De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou nessa terça-feira (19) o projeto de lei que equaliza as taxas de juros para os casos de inadimplência em que não houver um índice definido em contrato. A proposta tenta dirimir um duradouro embate jurídico sobre qual o percentual correto a ser aplicado. O texto agora segue para análise do Senado Federal, em regime de urgência.

O projeto foi proposto pelo Ministério da Fazenda para acabar com uma disputa jurídica de décadas sobre qual o índice a ser aplicado se o contrato não tiver previsto isso - se a Selic ou 1% ao mês. Mesmo com decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 2008, ainda tem ocorrido divergências nos julgamentos.

"Além da ausência de uniformidade, considera-se que ambas as taxas não se mostram mais adequadas para os fins aqui mencionados: a taxa Selic não remunera o credor adequadamente pelos riscos a que está exposto, ao passo que a taxa real de 1% ao mês não responde às condições de mercado, podendo ser relativamente alta ou baixa a depender de aspectos conjunturais", argumentou a Fazenda na exposição de motivos do projeto de lei.

A proposta do governo Lula (PT) era que, quando não houvesse taxa de juros definida nos contratos, os casos de inadimplência seriam ajustados com juros equivalentes as das Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B) de cinco anos mais 0,5% ao mês. Se a taxa de juros já foi acertada entre as partes, essa prevaleceria.

Os deputados decidiram modificar este indicador. Relator do projeto, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) estabeleceu como regra a correção pela Selic (taxa básica de juros da economia) ou pela NTN-B somada ao índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o que for menor. O Banco Central terá que disponibilizar uma ferramenta na internet para que este cálculo seja feito.

A Câmara aprovou ainda o projeto de lei da depreciação superacelerada, o principal da Nova Indústria Brasil (NIB), conjunto de medidas voltadas ao setor.

A proposta cria uma espécie de benefício tributário com renúncia fiscal de curto prazo, mas que, ao longo do tempo, causará ganho positivo na arrecadação pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 3,5% em dez anos, defende a Confederação Nacional da Indústria (CNI). O mecanismo terá prazo de adesão de 12 meses pelas empresas.

Na depreciação linear, a empresa abate anualmente do imposto sobre seu lucro o desgaste pelo uso de uma máquina ou equipamento adquirido, de acordo com a vida útil desse bem. Na depreciação superacelerada, todo o desgaste contábil (e desconto no seu imposto de renda) é antecipado para dois anos (2024 e 2025), o que reduz o custo do investimento. O governo abrirá mão de R\$ 3,4 bilhões.

A regulamentação pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços causou embates no plenário. Ato do Executivo definirá quais setores estarão aptos ao benefício. "Esse projeto será utilizado para beneficiar alguns em detrimento de outros", afirmou o deputado Marcel van Hatten (Novo-RS). "Não há como esconder qualquer benefício que venha a ser dado", rebateu o relator do projeto no plenário, o deputado Mauro Benevides (PDT-CE). Para diminuir essas críticas, foi aceita emenda do PL para que o Tribunal de Contas da União (TCU) faça auditoria em até 12 meses para averiguar a execução.

O texto teve duas mudanças principais em relação à proposta do governo. A Câmara estabeleceu que o prazo de 12 meses para adesão só terá início após a entrada em vigor do programa e permitiu o uso do benefício fiscal para compra de máquinas e equipamentos importados com benefícios fiscais ou ex-tarifário, se não houver similares produzidos pela indústria nacional.

Os deputados também aprovaram o texto-base do projeto de lei do Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten), que cria um "Fundo Verde" para investimentos em energias renováveis. Por acordo, os parlamentares decidiram adiar a análise das emendas dos partidos para esta quarta-feira, diante do grande número de requerimentos para que o texto fosse alterado.

Também está prevista para esta quarta a votação do

novo ensino médio, após acordo sobre o texto. O impasse era sobre a carga horária da formação geral básica. Ficou decidido que os alunos do ensino médio regular terão 2,4 mil horas desse currículo geral, como queria o governo, e 600 horas flexíveis. Já aqueles no ensino técnico terão de 1,8 mil a 2,4 mil gerais e entre 600 e 1,2 mil horas de aulas do curso profissional.

Relator estabeleceu como regra a correção pela Selic ou pela NTN-B somada ao IPCA

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187819?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187819?page=1§ion=1)**

Juros e expectativas de inflação (Artigo)

Márcio Garcia e Eduardo Marinho

Márcio G. P. Garcia é professor titular da Cátedra Vinci Partners do Departamento de Economia da PUC-Rio, pesquisador afiliado da MIT Sloan School of Management e escreve mensalmente neste espaço. (<https://sites.google.com/view/mgpgarcia>)

Eduardo Marinho é CFA charter holder, mestre e doutorando em economia pela PUC-Rio.

Há várias formas de extrair as expectativas do mercado financeiro sobre **inflação**. No Brasil, as mais usadas são as do relatório Focus, divulgado pelo BC toda segunda-feira, com as previsões de centenas de analistas. Outra "expectativa" muito usada é a **inflação** implícita. Ela é obtida da comparação de títulos que rendem juros nominais (Pré) com títulos que pagam a **inflação** efetivamente ocorrida durante a maturidade do título (portanto desconhecida no momento da aplicação) mais uma taxa de juros real (que é o objeto de negociação em mercado).

A Anbima divulga diariamente a estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) brasileiras (taxas reais e nominais). Com base nas curvas divulgadas é possível calcular a **inflação** implícita, que a própria Anbima divulga. As informações divulgadas nos permitem também calcular as taxas das inflações implícitas a termo (forwards). As taxas a termo representam a **inflação** implícita para cada um dos anos futuros.

Essa é a curva azul clara no gráfico. Os valores da curva azul clara representam a **inflação** implícita para os próximos anos 1.

A **inflação** implícita a termo está consistentemente acima do teto da meta da **inflação** (3% + 1,5%). Está também acima das previsões do relatório Focus, a curva amarela² Ou seja, se a meta para a **inflação** de 3% ao ano for cumprida, quem investir na curva IPCA+ vai obter um retorno menor de quem investir na curva Pré. Por quê? Focaremos em duas explicações principais: a teoria das expectativas e a existência de prêmio de risco para a curva Pré.

Se a teoria das expectativas for válida, isto é, se a expectativa de **inflação** no longo prazo for simplesmente a "soma" das expectativas de curto prazo, o resultado da pesquisa Focus para o longo prazo subestimaria substancialmente a **inflação** porvindoura. Nesse cenário, os preços de mercado estariam corretos em prever a **inflação** futura mais

elevada que a meta. A explicação alternativa é que, dada a incerteza em relação à **inflação** futura, investidores da curva Pré exigiriam um prêmio de risco, pois não estão protegidos da **inflação** como os investidores da curva IPCA+.

O que o desempenho passado nos ensina? A tabela mostra as condições de mercado ex-ante³ (no início do investimento), e os resultados ex-post (após aferir o resultado efetivo) entre as três taxas (IPCA+, Pré e CD1) para horizontes de 5 anos (taxas anualizadas). Os anos da tabela referem-se ao início do investimento de 5 anos. Os valores em negrito são os que mais renderam.

O CDI, que é muito próximo da taxa Selic, teve o menor retorno. Apesar do prêmio extra observado na curva Pré, a curva IPCA+ teve retorno mais elevado em 7 dos 11 quinquênios entre 2008 e 2023, ou seja, o prêmio da curva Pré foi de fato justificado a posteriori. Certamente, tal performance passada influencia as decisões futuras, como se vê no prêmio das inflações implícitas do gráfico.

Frente às incertezas pelas quais a governança do BC está fadada a passar em breve, com a troca de seu presidente e mais dois diretores, no final de 2024, é importante não permitir que o BC desvie de sua missão principal de perseguir a meta para a **inflação**. O mesmo se aplica ao cumprimento da meta fiscal. Eventuais derrapagens nos fronts monetário e fiscal, dentre outros malefícios para nossa economia, obrigarão o governo a pagar juros ainda mais altos.

1. Dados de 13/03/2024, obtidos em: https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/cur-vas-de-juros-fechamento.htm; para a memória de cálculo do gráfico e da tabela acessar: <https://ldrv.ms/f/s!Ast-KaOSEwONBh-oZrjWTNI-ZgQ3gcCw?e=JTI7Eg>

2. Dados obtidos do Relatório Focus de 08/03/2024.

3. Os dados referem-se a médias anuais de taxas no último dia de cada mês. As taxas ex-ante foram obtidas a partir do fechamento mensal das curvas de mercado IPCA+; para a curva CDI, mostramos o CDI no momento da aplicação.

Eventuais derrapagens nos fronts monetário e fiscal obrigarão o governo a pagar juros ainda mais altos

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187819?page=1>

§ion=1

"Retomo maior nas economias avançadas não inviabiliza desempenho emergente"

Matheus Prado De São Paulo

A perspectiva de juros mais elevados em economias desenvolvidas é um desafio adicional, mas não impede, por si só, que países em desenvolvimento tenham bom desempenho nos próximos meses, diz Amer Bisat, diretor de renda fixa de mercados emergentes da BlackRock, em entrevista ao Valor. "O Banco do Japão (BoJ, na sigla em inglês, o BC japonês) foi o último a tomar a medida, o que indica que a competição já existia", afirma.

O executivo diz que permanece construtivo em relação ao mercado local, ainda que o cenário de hoje não seja tão favorável para emergentes quanto o que se desenhou no quarto trimestre de 2023.

"Com as contas externas bem, a ocorrência de alguns problemas habituais fica menos provável e a probabilidade de um crescimento mais sólido no médio prazo aumenta", afirma, ponderando que o Banco Central (BC) pode ter de moderar a trajetória de flexibilização caso o **PIB** continue surpreendendo para cima. "Mas ainda parece cedo para fazer uma leitura assertiva." Valor: Como os mercados emergentes devem se comportar em um cenário com juros mais altos em economias desenvolvidas?

Amer Bisat: Nossa visão é que o ambiente macro ainda é construtivo para investimentos em emergentes. A economia global está crescendo, mas não a ponto de reacender temores inflacionários, o que indica que o Federal Reserve [Fed, banco central americano] terá espaço para cortar juros em 2024 e que, diferentemente do que ocorreu em 2023, a classe de ativos não terá que lutar contra o Fed. Além disso, os BCs locais já iniciaram seus ciclos de flexibilização, o que também ajuda. O principal risco negativo é a **inflação** voltar a incomodar, mas não é nosso cenário-base. É verdade que o cenário parecia melhor para emergentes no quarto trimestre do ano passado, mas ainda enxergamos espaço para ganhos no curto e médio prazo.

Valor: O fim dos juros negativos no Japão pode afetar a liquidez?

Bisat: A subida de juros para o campo positivo no Japão foi bem telegrafaria e administrada pelo BoJ, então não deveria surpreender investidores. Mas o BC

japonês foi o último entre os desenvolvidos a tomar a medida, o que indica que, em termos de mercados emergentes, a competição já existia. É mais um desafio em termos de liquidez. Mas não acredito que seja um fator que impeça emergentes de performar.

Valor: Qual é sua visão para os ativos brasileiros?

Bisat: Estamos otimistas com o Brasil há mais de um ano, acreditamos que é uma boa história. A economia do país está dando sinais de recuperação e, com as contas externas muito bem, a ocorrência de alguns problemas habituais fica menos provável e a probabilidade de um crescimento mais sólido no médio prazo cresce. Problemas fiscais sempre estão no radar e podem atrapalhar, mas parece uma preocupação contida no momento. As taxas estão atrativas, ainda gostamos da moeda mesmo após o rali recente e o setor corporativo também parece razoável.

Valor: As surpresas positivas com a atividade local podem ter impacto no ciclo de afrouxamento?

Bisat: O Banco Central fez um bom trabalho de política monetária neste ciclo e com certeza está acompanhando os dados de atividade mais fortes registrados nos últimos dias. Se houver sinais de pressão pelo lado da demanda, acredito que vão moderar a trajetória de flexibilização. Mas ainda parece cedo para fazer uma leitura mais assertiva sobre o tema.

Valor: E o ciclo de afrouxamento do Fed?

Bisat: É claro que o comportamento do BC americano deve ser levado em conta nas decisões de juros de emergentes. Se o Fed ficar relutante em cortar juros, vai afetar o trabalho dos seus pares. Mas enxergo outros países, como o México, mais ligados a essa discussão.

Valor: Por que, então, os mercados emergentes não estão recebendo fluxo estrangeiro?

Bisat: Historicamente, quando os bancos centrais emergentes cortam juros e os retornos dos mercados aumentam, vemos entrada de fluxo, o que não está ocorrendo em 2024. É uma anomalia. Dito isso, existe um "lag" [defasa-gem] entre o início do afrouxamento e a chegada de recursos, então talvez seja preciso

esperar mais. Há também a concorrência dos juros americanos, que estão em níveis elevados e são ativos livres de risco. Ainda, a volatilidade de mercados emergentes tem sido mais elevada que o normal nos últimos anos, o que pode estar fazendo com que investidores repensem se o investimento faz sentido. Nós achamos que vale. Outro ponto de dúvida é a qualidade da coleta de dados, já que investidores têm se mostrado positivos com emergentes, até mesmo em produtos não dedicados à classe, mas os fluxos não mostram isso. Em termos estruturais, os motivos pelos quais investidores buscavam por mercados emergentes como uma classe de ativos única no início dos anos 2000 já não existem. Ainda acreditamos que existem boas histórias, mas são próprias de cada país ou região e exigem seleção e pesquisa. É o que chamamos de EM 2.0.

"A economia global está crescendo, mas não a ponto de reacender temores inflacionários" Amer Bisat

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187819>

Bancos centrais veem "desinflação imaculada"

Valentina Romei Financial Times, de Londres

Diligentes de bancos centrais estão cada vez mais confiantes de que a **inflação** pode ser derrotada sem que isso implique um forte aumento do desemprego, já que economistas preveem o que chamam de "desinflação imaculada".

Pesquisa realizada pela Consensus Economics aponta que analistas acreditam que este ano a **inflação** vai cair de seus níveis máximos de muitas décadas para cerca de 2% na maioria das economias avançadas, como EUA, Alemanha, França, Reino Unido, Itália e a zona do euro.

Tradicionalmente, vitórias sobre a **inflação** têm um custo alto, pois a adoção de medidas duras de política monetária levam as economias à recessão e elevam as taxas de desemprego. Nos anos 1980, por exemplo, as taxas de desemprego no Reino Unido e nos EUA duplicaram quando os custos da tomada de crédito cresceram para tentar derrubar a disparada da **inflação** provocada pelos choques dos preços do petróleo.

Mas parece que o ciclo inflacionário atual está tomando um rumo diferente. Michael Saunders, economista da Oxford Economics, observou que a previsão é de que a **inflação** volte ao patamar da meta com só um aumento limitado do desemprego nos EUA e na zona do euro.

"A desinflação imaculada, em que a **inflação** volta ao patamar da meta de uma forma sustentável e sem um aumento significativo do desemprego, tornou-se o cenário de base", disse ele.

Nos dois últimos anos, a **inflação** já caiu para menos da metade dos dois lados do oceano Atlântico. O crescimento dos preços na zona do euro foi de 2,6% em fevereiro, bem abaixo de seu maior pico de todos os tempos, de 10,6% em 2022. A **inflação** caiu de uma máxima de 11,1% para 4% no Reino Unido, e de 9,1% para 3,2% nos EUA.

Contudo, o desemprego chegou a um nível mínimo recorde na zona do euro e nos EUA a previsão é que fi que em uma média de 4% este ano- não muito longe do nível mais baixo dos últimos 50 anos, de 3,6% em 2023, de acordo com a última pesquisa mensal com

economistas realizada pela Consensus Economics. A taxa de desemprego no Reino Unido deve subir de 3,9%, o nível mais baixo em quase 52 anos, para apenas 4,4% em 2024 e 4,5% em 2025.

"Este padrão de desinflação com pleno emprego é incomum na nossa história moderna" afirmou o presidente do Banco da Inglaterra, Andrew Bailey, na semana passada. "Acredito que o Reino Unido não é o único a ter desinflação e ao mesmo tempo preservar o pleno emprego", acrescentou.

"Enquanto as taxas de juros subiam rapidamente, algumas pessoas temiam que o custo da desinflação fosse um desemprego alto e persistente", disse este mês Adriana Kugler, membro do conselho do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA). "Mas ao longo do último ano observamos a **inflação** esfriar de maneira expressiva e cair mais rápido do que em qualquer outro momento desde os anos 1980. E ainda assim o desemprego continua perto de seus níveis mais baixos, só alcançados algumas poucas vezes desde os anos 1960." Muitos economistas, entre eles Bailey e Kugler, atribuem esse fenômeno à natureza da última disparada da **inflação**, que estava ligada a choques de oferta mundiais, como a invasão da Ucrânia pela Rússia e os transtornos do período da pandemia de covid-19.

"A explosão da **inflação** entre 2021 e 2023 nas economias avançadas foi diferente porque refletia principalmente choques de oferta adversos e não uma demanda agregada forte", argumentou Saunders.

Jennifer McKeown, economista-chefe da Capital Economics, disse que a grande expansão dos salários - algo que os responsáveis pela política monetária acompanham com atenção porque é um dos principais motores das pressões sobre preços- resultou de expectativas de alta da **inflação** ligadas aos preços de energia e escassez de mão de obra em alguns setores com a pandemia. Ela afirmou que esse crescimento salarial tinha começado a diminuir, mesmo sem um forte aumento do desemprego, porque a alta dos preços e as expectativas de **inflação** se normalizaram ao mesmo tempo em que as distorções provocadas pela covid foram compensadas.

Para economistas, a rapidez da resposta dos bancos centrais também foi um fator para impedir que a

inflação mais alta se tornasse persistente. "Os choques de oferta dos anos 1970 e 1980 se tornaram entranhados porque os bancos centrais não entendiam o papel das expectativas de **inflação** e dos ajustes do custo de vida em muitos contratos de trabalho", disse Mark Zandi, economista-chefe da Moody's Analytics.

Ele acrescentou que a desinflação imaculada sugeria de maneira errônea que a tendência era inexplicável, quando "a desinflação se deve principalmente ao abrandamento das consequências econômicas da pandemia e da guerra russa na Ucrânia". Isso, na sua opinião, "era previsível".

Com o enfraquecimento rápido do impacto dos choques de fornecimento, os prazos de entrega voltaram aos níveis anteriores à pandemia e os custos do transporte de carga hoje são apenas uma fração do que eram em 2021. Os preços do gás no atacado na Europa e os preços mundiais das commodities agrícolas voltaram, em termos gerais, aos níveis do início de 2021, antes dos aumentos relacionados com a guerra.

Todos esses fatores ajudam a **inflação** a baixar mais cedo do que os bancos centrais esperavam ainda no ano passado. Eles também empurram para baixo as expectativas de **inflação**, o que reduz o risco de que pressões persistentes sobre os preços alimentem as negociações salariais.

"Estou cautelosamente otimista de que veremos avanços constantes na desinflação sem que haja uma deterioração expressiva do mercado de trabalho", afirmou Kugler.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187819>

Para onde vai a taxa de juros? - PALAVRA DO GESTOR

Tomás Goulart é economista-chefe da Novus Capital E-mail tgoulart@novuscapital.com.br

Hoje teremos as tradicionais reuniões dos conselhos de política monetária dos bancos centrais do Brasil e dos EUA. Desde a primeira reunião de 2024, alguns pontos importantes foram adicionados à dinâmica macroeconômica e tornaram as decisões de política monetária ainda mais difíceis.

Por mais que a decisão de iniciar o ciclo de queda dos "fed fund" se dê na reunião de junho, a boa gestão da política monetária demanda que os sinais mais eloquentes deste processo comecem a ser dados na reunião de hoje. Podemos dizer que o início do processo de corte de juros nos EUA guarda um pouco de semelhança com o ocorrido no Copom.

A principal justificativa para efetivar o corte reside no patamar de juro real com o qual a economia está trabalhando, a despeito de estarmos vivenciando no momento uma atividade econômica ainda muito firme. O argumento fundamental é o de que, com um patamar de juros mais restritivo do que o desejado no momento, os riscos de uma desaceleração econômica mais profunda à frente aumentam, e o processo de cortes ocorreria justamente para minimizar os mesmos.

Por outro lado, um argumento contrário é o de que o impacto da alta de juros sobre a atividade econômica tem sido muito limitado, o que reduz a necessidade de corte. O recuo da taxa de **inflação** ao longo de 2023 ganhou a alcunha de "desinflação imaculada", um processo em que os custos de se trazer a **inflação** de volta para um patamar mais baixo foram reduzidos, permitindo que a perda em termos de bem-estar social fosse bem mais baixa. Os fatores de produção ainda se encontram em patamar muito pressionado, levando a um risco em que uma reaceleração da atividade gere um novo repique da **inflação** rapidamente e exija com que os movimentos de cortes de juros sejam revertidos.

O ocorrido com o Brasil pode ser um bom ensaio para o caso americano. Já se discutiu bastante que a economia local, no recente ciclo monetário, apresentou características antecipadas ao resto do mundo. O Copom iniciou seu processo de corte de juros em um momento em que o crescimento da

economia brasileira estava sendo revisto para próximo a 3,0%, bem acima do vivenciado na década anterior e bem melhor do que o esperado pelos agentes econômicos. A taxa de desemprego seguia (e segue) em sua trajetória muito próxima ao mínimo histórico, e a **inflação** iniciava uma rota descendente via preços mais voláteis, o que acabou por contaminar os outros preços da economia e trazer em conjunto a **inflação** para próximo ao centro da meta.

O que vemos agora? Tivemos um repique nos preços na virada de 2023 para 2024, com forte contaminação dos núcleos. Ou seja, mesmo com forte recuo na **inflação**, o processo de retomo à meta não se completou e começa a mostrar alguma volatilidade ao final do processo. Isso faz com que, como muito bem sinalizado pelo Copom, a opção seja por deixara taxa de juros ainda em patamar contracionista a fim de completar o processo de retomo da **inflação** à meta.

No caso dos EUA, a **inflação** também recuou de forma significativa, puxada pela parte de bens, sejam eles mais ou menos voláteis. A **inflação** de serviços é um problema e reflete a taxa de desemprego em patamares historicamente muito baixos. Da mesma forma como ocorrido no Brasil, tivemos um repique forte da **inflação** no início do ano, o que interrompeu o processo de retomo à meta, e as expectativas, apesar de terem tido comportamento muito positivo, ainda se encontram acima do objetivo do Fed. Isso tudo mesmo sem a autoridade monetária ter iniciado seu processo de corte da taxa de juros.

Agora, o que observamos, tanto nos EUA, como no Brasil, são novas surpresas de atividade econômica que levam a novas revisões de crescimento altistas e devem seguir pressionando os fatores de produção. No caso do Copom, grande parte da "gordura" de juro real que existia foi consumida, e estamos próximos ao momento em que os cortes de juros ficarão mais difíceis de acontecer. Por isso, uma cautela adicional nas indicações de futuros cortes é demandada por parte do Banco Central.

Nos EUA, que ainda não iniciaram o processo de cortes, a grande questão ficará para a sinalização de seu início e de sua potencial extensão. Com números muito firmes de crescimento e com a **inflação** ainda precisando indicar volta ao objetivo, o Fed será cauteloso para não ter que abortar o ciclo durante seu

trajeto. Ainda teremos que esperar para voltar a conviver em um mundo com juros mais baixos.

Tomás Goulart é economista-chefe da Novus Capital
E-mail tgoulart@novuscapital.com.br

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187819>

Inadimplência atinge 66,64 milhões de consumidores

O número de inadimplentes no País sofreu pequena queda em fevereiro, em comparação com janeiro de 2024, mais ainda atinge 66,64 milhões de pessoas. O Indicador realizado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas e pelo Serviço de Proteção ao Crédito aponta que quatro em cada dez brasileiros adultos (40,60%) estavam negativados em fevereiro.

Na comparação com o mesmo período de 2023, o indicador apresentou crescimento de 2,79%.

"Apesar da pequena queda, o cenário de inadimplência no País continua preocupante.

Temos uma grande parcela da população em dificuldade financeira, com a **inflação** acima do reajuste salarial, além disso, o ambiente macroeconômico não traz a confiança necessária para acreditar em uma redução consistente no número de inadimplentes no curto prazo", destaca o presidente da CNDL, José César da Costa.

O número de devedores com participação mais expressiva em fevereiro está na faixa etária de 30 a 39 anos (23,66%).

De acordo com a estimativa, são 16,47 milhões de pessoas registradas em cadastro de devedores nesta faixa, ou seja, quase metade (48,37%) dos brasileiros desse grupo etário está negativado. A participação dos devedores por sexo segue bem distribuída, sendo 51,12% mulheres e 48,88% homens.

Site: <https://dmacervo.com.br/storage/edicoes/2024-03-19%2021:15:48.pdf>

Em dia de Copom, projeção da inflação sobe de 3,77% a 3,79%

(Nathalia Garcia e Adriana Fernandes/Folhapress)

A reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) de março começou ontem com uma notícia desfavorável. Durante os trabalhos, que terminam hoje, o colegiado terá de avaliar a piora das expectativas de **inflação** no horizonte relevante do Boletim Focus.

No relatório que engloba as estimativas do mercado, divulgado ontem, a projeção para o IPCA deste ano, índice de **inflação** oficial do Brasil, subiu de 3,77% para 3,79%, ainda menor que a expectativa de um mês antes (3,82%). Para 2025, foco da política monetária, também houve deterioração, de 3,51% para 3,52%, mesma mediana de quatro semanas atrás.

Essas estimativas serão consideradas pelos representantes do Copom para a definição da nova taxa básica de juros da economia, a Selic, que será informada hoje, no fim do dia. No encontro anterior, as medianas da Focus estavam em 3,81% e 3,50%, respectivamente. Já as projeções oficiais do BC eram de 3,5% e 3,2%, nessa ordem.

Para 2026, a perspectiva divulgada ontem pelo Focus continuou em 3,50% pela 37ª semana consecutiva, seguindo a reancoragem apenas parcial destacada pelo BC, após a manutenção da meta de **inflação** em 3% para este e os próximos anos. No horizonte mais longo, de 2027, a estimativa segue na casa dos 3,5%.

cortes. Diante desse cenário inflacionário, o mercado manteve em 9% ao ano a mediana do Boletim Focus para a taxa Selic no encerramento de 2024 pela 12ª semana seguida. Considerando apenas as 93 respostas dos últimos cinco dias úteis, a mediana para o fim de 2024 também continua em 9%.

No fim de janeiro, última reunião do Copom, o colegiado cortou a Selic pela quinta vez consecutiva em 0,5 ponto percentual, para 11,25% ao ano. Os membros do comitê ainda mantiveram a sinalização de que o ritmo de corte de 0,5 ponto percentual continua sendo o mais apropriado para as próximas reuniões de 2024. Assim, o encontro de hoje deverá ser concluído, conforme as expectativas do mercado e as indicações do Copom, com a Selic a 10,75% ao ano.

Os economistas ouvidos pelo BC também revisaram para cima projeções para o Produto Interno Bruto (**PIB**) do país, conforme o Focus. A mediana para 2024 subiu de 1,78% para 1,8%. Este é o quinto aumento seguido na previsão do **PIB**, enquanto foi a segunda elevação consecutiva para **inflação**.

Estudo do FMI Independência é crucial para BCs

Ter independência financeira é crucial para a efetiva autonomia de um Banco Central, na avaliação de quase 74% das autoridades monetárias do mundo, de acordo com pesquisa do Fundo Monetário Internacional (FMI). Essa é a opinião de 64 dos 87 participantes do levantamento.

O estudo tem circulado no Congresso Nacional, no momento em que o presidente do BC do Brasil, Roberto Campos Neto, encampou publicamente a bandeira pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que dá autonomia financeira e orçamentária à instituição.

"O que temos feito é pensar sobre as melhores práticas. Ter autonomia orçamentária é característica-chave de independência", afirma Tobias Adrian, conselheiro financeiro e diretor do departamento de mercado monetário e de Capitais do FMI. Ele diz que a literatura acadêmica mostra a correlação entre autonomia e resultados eficazes nos Bancos Centrais.

Teto da meta

Limite. A meta de **inflação** do Banco Central (BC) para 2024 é de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Ou seja, o teto é de 4,5% neste ano. Desde setembro de 2023, quando o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - a **inflação** oficial do país acumulado de 12 meses alcançou 5.19%, a taxa tem tido redução gradativa, até chegar, no mês passado, ao teto da meta vigente.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

BC japonês encerra ciclo de oito anos de juros negativos

O banco central do Japão elevou ontem as taxas de juros pela primeira vez desde 2007. Assim, o país volta a ter juros acima de zero, encerrando um período de esforço agressivo para estimular uma economia que há anos luta para crescer.

Em 2016, o Banco do Japão tomou a medida não convencional de reduzir os custos de empréstimos para abaixo de zero, numa tentativa de estimular empréstimos e impulsionar a economia estagnada. A decisão tomada ontem encerra, assim, um ciclo de oito anos de taxas negativas.

Juros negativos - que os bancos centrais em algumas economias europeias também adotaram - significam que os depositantes pagam para deixar seu dinheiro com um banco.

Mas a economia do Japão começou recentemente a mostrar sinais de crescimento mais forte: a **inflação**, após anos de baixa, acelerou, consolidada por aumentos maiores que o habitual nos salários. Esses são sinais de que a economia pode estar a caminho de um crescimento mais sustentado, permitindo que o banco central aperte a política de taxa de juros, anos após outros grandes bancos centrais terem elevado suas taxas rapidamente em resposta a um aumento na **inflação**.

Porém, mesmo após a alta de ontem, as taxas de juros no Japão estão longe das de outras grandes economias desenvolvidas do mundo. A taxa-alvo do Banco do Japão foi elevada para uma faixa de zero a 0,1%, quando antes era de menos 0,1%. O banco disse em **comunicado** ter concluído que a economia estava em um "círculo virtuoso" entre salários e preços, significando que os salários estavam subindo o suficiente para cobrir o aumento dos preços, mas não tanto a ponto de reduzir os lucros das empresas. A principal leitura da **inflação** no Japão foi de 2,2% anual em janeiro, segundo dados mais recentes disponíveis.

O banco central também abandonou política por meio da qual comprava títulos do governo japonês para balizar as taxas de mercado, incentivando empresas e famílias a tomar empréstimos baratos. O banco vinha relaxando lentamente a política ao longo do último ano, resultando em maiores rendimentos dos títulos conforme as perspectivas de crescimento do país

melhoravam. O banco central disse ontem que as taxas de juros negativas e outras medidas que havia adotado para estimular a economia "cumpriram seus papéis".

RECORDE NA BOLSA. Em muitos países, o aumento na **inflação** tem atormentado consumidores e formuladores de políticas.

Mas no Japão - que, com frequência, enfrentou a deflação, que prejudica o crescimento -, o recente aumento nos preços foi bem recebido pela maioria dos economistas. O mercado de ações japonês, impulsionado pelo otimismo na economia e reformas corporativas que favorecem os acionistas, atraiu grandes somas de recursos de investidores ao redor do mundo, ajudando o índice Nikkei 225 a quebrar um recorde que durava desde 1989.

O Nikkei subiu ontem ligeiramente após o anúncio do Banco do Japão. O fim das taxas de juros negativas, que deverá ajudar a fortalecer a moeda do país, é visto pelos investidores como mais um passo importante na recuperação do Japão.

"É mais um marco na normalização da política monetária no Japão", disse Arnout van Rijn, gerente de portfólio da Robeco, que criou e gerenciou o escritório asiático da gestora de fundos holandesa por mais de uma década. "Como seguidor de longo prazo do Japão, isso é muito significativo." As apostas em um aumento nas taxas de juros foram impulsionadas neste mês depois que a Confederação Sindical Japonesa, a maior associação de sindicatos do país, disse que seus 7 milhões de membros receberiam aumentos salariais que, em média, ultrapassariam 5% neste ano, o maior aumento anual negociado desde 1991. Isso se somou a um aumento médio de salários de cerca de 3,6% em 2023. Antes que os resultados das negociações salariais fossem anunciados, os investidores esperavam que o banco central esperasse mais tempo para elevar os juros.

O Banco do Japão visa uma **inflação** anual de 2%, e a taxa no país está há quase dois anos nesse patamar ou acima disso.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Japão põe fim a oito anos de juros negativos. Taxa fica entre zero e 0,1%

(Com Paulo Renato Nepomuceno)

O Banco do Japão, o BC do país, pôs fim ontem à última taxa negativa de juros do mundo. Com isso acaba o mais agressivo programa de estímulo econômico da História recente. Os juros básicos do país estavam negativos desde 2016. A taxa passou de -0,1% a uma faixa entre zero e 0,1%, na primeira alta em 17 anos.

O fato de não haver sinalização de futuras altas dos juros pesou no iene, que caiu frente ao dólar -a moeda americana estava cotada a mais de 150 ienes. Já o índice Nikkei 225 avançou 0,7%, superando os 40 mil pontos.

- Avaliamos que atingir a meta de uma **inflação** sustentável de 2% já está no horizonte - afirmou em entrevista coletiva o presidente do BC japonês, Kazuo Ueda. -A ampla política monetária de afrouxamento cumpriu seu propósito.

Ueda enfatizou que, mesmo com o fim da taxa negativa, é importante que as condições financeiras continuem acomodativas: -Ainda há alguma distância para os 2% (de **inflação**).

Cauteloso, o presidente do BC japonês afirmou que, se as tendências de maiores salários e preços elevarem as expectativas de **inflação**, pode haver aumento da taxa de juros: - O risco de um aumento significativo das expectativas não é grande neste momento, mas é algo que temos de manter em mente no futuro.

Pesou na decisão de elevar os juros o que o BC japonês chamou de "círculo virtuoso" de salários alimentando uma **inflação** de demanda. A Rengo, maior central sindical do Japão, anunciou na sexta-feira que foram fechados acordos para um reajuste salarial de 5,28%, um nível não visto no país há 33 anos. Esse aumento deve aquecer a economia, impulsionando o consumo e levando a **inflação** à meta de 2%.

-Aumentos de salários não eram significativos há anos. Sem **inflação**, não era necessário. Isso fez com que os trabalhadores fossem perdendo competitividade para o resto do mundo, diminuindo o poder de compra deles -diz Juliana Inhasz, professora

de Economia do Insper, que vê um "momento histórico" no Japão.

TORTA ABERTA PARA UMA NOVA ALTA"

O Banco do Japão eleva sua taxa no momento em que os BCs das principais economias, como Estados Unidos, avaliam se já é hora de começar a cortar os juros. O Federal Reserve (Fed, o BC americano) se reúne hoje, e a expectativa é que mantenha a taxa no intervalo entre 5,25% e 5,50% ao ano. Já no Brasil, a expectativa é que a Selic recue de 11,25% para 10,75% ao ano.

Para o economista-chefe da UBS Securities no Japão, Masamichi Adachi, o BC japonês "mantém aberta a porta para uma nova alta este ano." Chotaro Morita, estrategista-chefe da gestora All Nippon Asset Management, considera que, devido ao afrouxamento monetário inédito adotado pelo Japão, o aumento de juros é inevitável.

Os juros negativos foram adotados pelo antecessor de Ueda, Haruhiko Kuroda, na tentativa de levar a **inflação** a 2%. Os preços só começaram a subir, no entanto, com a ruptura nas cadeias de fornecimento provocadas pela Covid-19.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>